

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	13
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	14
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	15
1.13 Acordos de acionistas	16
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	17
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	18
1.16 Outras informações relevantes	19
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	20
2.2 Resultados operacional e financeiro	28
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	30
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	31
2.5 Medições não contábeis	32
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	40
3.2 Acompanhamento das projeções	41

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	42
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	47
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	49
4.4 Processos não sigilosos relevantes	50
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	53
4.6 Processos sigilosos relevantes	54
4.7 Outras contingências relevantes	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	60
5.3 Programa de integridade	62
5.4 Alterações significativas	65
5.5 Outras informações relevantes	66
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	67
6.3 Distribuição de capital	68
6.4 Participação em sociedades	69
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	70
6.6 Outras informações relevantes	72
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	73
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	76
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	77
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	78
7.4 Composição dos comitês	82
7.5 Relações familiares	85
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	86
7.7 Acordos/seguros de administradores	87
7.8 Outras informações relevantes	88
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	89

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	94
8.3 Remuneração variável	99
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	101
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	105
8.6 Outorga de opções de compra de ações	106
8.7 Opções em aberto	107
8.8 Opções exercidas e ações entregues	108
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	110
8.10 Outorga de ações	111
8.11 Ações entregues	112
8.12 Precificação das ações/opções	113
8.13 Participações detidas por órgão	115
8.14 Planos de previdência	116
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	117
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	119
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	120
8.18 Remuneração - Outras funções	121
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	122
8.20 Outras informações relevantes	123
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	124
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	125
9.4 Outras informações relevantes	126
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	127
10.1 Descrição dos recursos humanos	129
10.2 Alterações relevantes	130
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	131
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	133
10.5 Outras informações relevantes	134
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	135

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	136
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	142
11.3 Outras informações relevantes	143
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	144
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	145
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	146
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	150
12.5 Mercados de negociação no Brasil	151
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	152
12.7 Títulos emitidos no exterior	153
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	154
12.9 Outras informações relevantes	155
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	156
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	157
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

As atividades do Grupo Lupatech tiveram início em 08 de agosto de 1980, com a criação da Microinox, uma planta de fundição dedicada à fabricação de peças microfundidas, na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Em 1984, fazendo uso da sua base industrial, foi criada a Valmicro, empresa dedicada à manufatura de válvulas industriais em aço microfundido, marcando a entrada da empresa no negócio de válvulas.

Em 1987, a empresa recebeu o primeiro de quatro aportes de capital de fundos de capital empreendedor, da CRP – Companhia Riograndense de Participações.

Em 1992, a empresa iniciou sua expansão no exterior e deu o primeiro passo na indústria de petróleo e gás, adquirindo a Esferomatic, fabricante de válvulas Argentina. A empresa foi vendida em 1998.

Expandindo o escopo das tecnologias de manufatura, em 1995, foi criada a Steelinject, dedicada a fabricação de peças de aço injetado.

À mesma época, a empresa recebeu o segundo aporte de capital de terceiros, realizado pelo Bozano Simonsen Advent – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes.

Em 2000, foi adquirida a Metalúrgica Nova Americana – MNA, importante fabricante nacional de válvulas de esfera para a cadeia petroleira.

Subsequentemente, em 2001, através do BNDESpar, houve a subscrição de debêntures conversíveis da Companhia, que foram convertidas em 2003 integrando a terceira rodada de investimentos.

Em 2003 e 2005, ocorreram o terceiro e o quarto aporte de investimentos de *Private Equity*, realizado pelo Fundo GP Investimentos e pela Natexis Mercosul Fund – Axxon Group.

Também em 2005, foi efetuada a aquisição de uma segunda planta de fundição por Microfusão, a Carbonox, na cidade de Veranópolis - RS.

Em 2006, a empresa estreou na bolsa de valores. Através do seu IPO, houve a captação de R\$155 milhões em novos recursos.

Ainda em 2006, ocorreu a aquisição da fabricante de válvulas de bronze e latão Metalúrgica Ipê - ou Mipel. Aproveitando-se da marca Mipel, foi criada uma fábrica de válvulas de aço no conjunto industrial da Carbonox.

Com foco em ampliar suas atividades na indústria de petróleo e gás, no mesmo ano, a empresa voltou à Argentina adquirindo novamente as fabricantes de válvulas Esferomatic e a Valbol, e a fundição Itasa. Em 2007, foi adquirido o negócio de cabos de ancoragem de plataformas offshore da Cordoaria São Leopoldo – primeira aquisição fora da atividade metal-mecânica.

A empresa passou participar do negócio de serviços petroleiros, com diversas aquisições de empresas atuantes no negócio: Gasoil Serviços Ltda (Oil & Gas) e K&S (Tubular Services), ambas adquiridas em 2007, e Fiberware Equipamentos e Serviços para Industria Ltda., adquirida em 2008.

À mesma época, ocorreu a última aquisição feita pela companhia no negócio de válvulas, com a compra da fabricante Tecval.

Em 2007 e 2008 a empresa emitiu *Bonds* perpétuos no mercado americano, captando o montante de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente.

Em 2010, a empresa criou uma fábrica de tubos de revestimento em fibra de vidro (Fiber Liners) para atender a demanda gerada pelos contratos de serviços em tubos para a Petrobras.

A partir de 2010, em consequência do ciclo de aquisições financiado por endividamento a Companhia passou a ter dificuldades de servir seu endividamento.

1.1 Histórico do emissor

Em 2012, foi promovida a incorporação das empresas brasileiras da San Antonio Internacional, empresa dedicada a serviços de sondagem e perfuração em poços de petróleo. A operação veio acompanhada de uma chamada de capital de até R\$ 700 milhões, que não captou o montante almejado, restringindo-se a R\$ 375 milhões, providos principalmente pelos então controladores.

Em decorrência da capitalização insuficiente, da rápida deterioração dos resultados, e de passivos não conhecidos trazidos pelas empresas San Antonio, a situação financeira do Grupo Lupatech deteriorou-se, levando à um pedido de recuperação extra-judicial, deferido em setembro de 2014.

O acordo extra-judicial abarcou credores financeiros e viabilizou a conversão de 85% da dívida financeira em ações da Lupatech S.A..

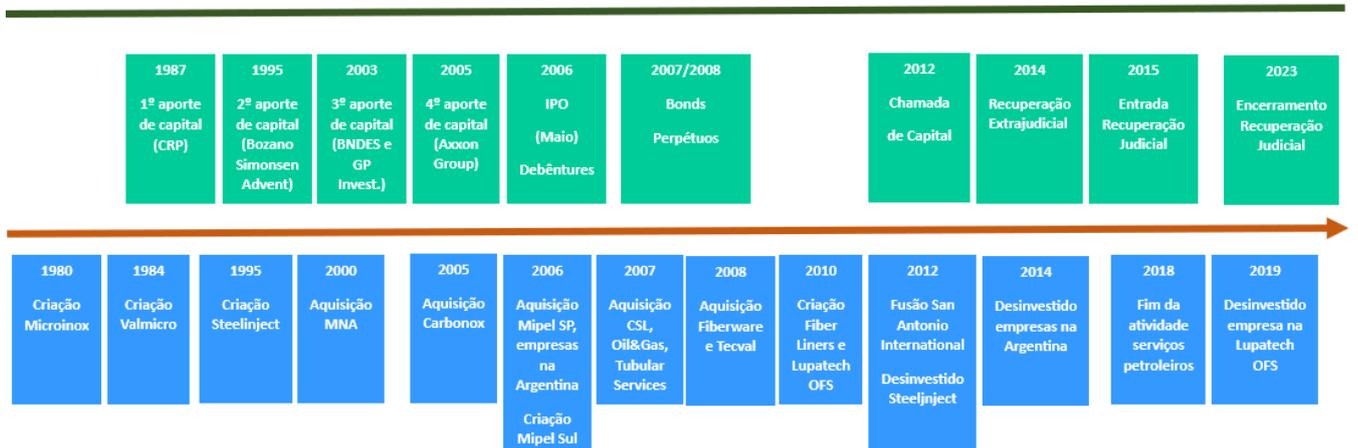
Com a crise que se instalou no setor petrolífero a partir do final de 2014, com a queda abrupta dos preços do petróleo entre o quarto trimestre daquele ano e o primeiro trimestre de 2015, somada aos efeitos da operação Lava-Jato sobre os negócios do setor no Brasil, as premissas do plano extra-judicial tornaram-se rapidamente obsoletas.

Foi necessária então uma nova reestruturação por meio de recuperação judicial, pedida em 25 de maio de 2015. Por meio da recuperação judicial, a empresa reestruturou todos os seus passivos sujeitos, desinvestiu de negócios no exterior e de investimentos não estratégicos e, principalmente, cessou suas atividades no negócio de serviços petrolíferos.

A empresa focou-se então apenas em negócios de manufatura, tendo suas atividades hoje concentradas em duas áreas de negócio (i) negócios metal-mecânicos, que agrupam as atividades de manufatura de válvulas e outros equipamentos, bem como fundição, e (ii) negócios baseados em fibras sintéticas de alta performance, englobando produtos de cordoaria como cabos de ancoragem offshores, cabos navais e de levantamento de cargas, e produtos à base de materiais compósitos, tais como tubos e postes de fibra de vidro.

A empresa teve o encerramento da sua recuperação judicial decretado em 14 de março de 2023.

Linha do tempo – histórico LUPATECH



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A empresa tem suas atividades focadas em duas áreas de negócios de manufatura (i) negócios metal-mecânicos, que agrupam as atividades de manufatura de válvulas e outros equipamentos, bem como fundição, e (ii) negócios baseados em fibras sintéticas de alta performance, englobando produtos de cordoaria como cabos de ancoragem offshores, cabos navais e de levantamento de cargas, e produtos a base de materiais compósitos, tais como tubos e postes de fibra de vidro.

Segue abaixo uma breve descrição das atividades desenvolvidas em cada uma das unidades fabris do grupo:

Lupatech São Leopoldo (RS): a Lupatech Ropes produz cabos de fibras sintéticas para aplicação naval, reboque, *lifting*, *mooring hawsers* e ancoragem de plataformas de petróleo em águas profundas e ultra profundas.

Lupatech Nova Odessa (SP): a Lupatech MNA produz Válvulas (esfera, gaveta, globo e retenção) sob encomenda para aplicações principalmente em Óleo e Gás, vendidas sob as marcas MNA e Tecval, bem como outros produtos voltados para a indústria petroleira.

Lupatech Veranópolis (RS): a Lupatech Valmicro atua na produção e comercialização de válvulas industriais, sob as marcas Valmicro e Mipel, vendidas por canais diretos e indiretos para clientes dos setores: químico, farmacêutico, indústria de petróleo e gás, alimentícia, de máquinas e equipamentos, de papel e celulose, petroquímica, dentre outros. Através da empresa Mipel fornece também, componentes fundidos para clientes de diversos segmentos industriais.

Lupatech Feliz (RS): a Lupatech Fiber Liners atua na fabricação de peças em materiais compósitos, em especial de tubos em polímero reforçado com fibras de vidro para uso em revestimentos internos de tubos de produção de petróleo e de postes poliméricos reforçados com fibras de vidro para distribuição e transmissão de energia elétricas, assim como postes para iluminação pública, cruzetas e postes de entrada de energia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Segmento de Produtos: Válvula Esfera, Válvula de Controle, Válvula Borboleta, Atuadores Pneumáticos, Válvulas Especiais, Válvula Gaveta, Válvula Globo, Válvula Retenção, Filtro Y, Junta de Expansão, Itens de Reposição, Cabos de Fibras Sintéticas, Tubos, Camisas, Postes e Artefatos em materiais compósitos.

Segmento de Serviços: Projetos (design e cálculos estruturais) e desenvolvimento de componentes em materiais compósitos para fins diversos, serviços e soluções para revestimento interno e recuperação de tubos de produção de petróleo e injeção de água produzida. A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros até meados de 2017, do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021		2022		2023	
Segmento de Produtos	93.439	99,9%	109.629	99,3%	86.046	99,7%
Segmento de Serviços	114	0,1%	761	0,7%	223	0,3%
Total Receita Líquida	93.553	100,0%	110.390	100,0%	86.269	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não divulgamos a participação dos nossos segmentos de atuação no nosso Resultado Líquido, os nossos resultados por segmento de atuação são apresentados somente até o Resultado Bruto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Válvulas: são produzidas principalmente a partir de componentes metálicos em aço, produzidos internamente por fundição, ou adquiridos de terceiros. Os componentes são usinados em equipamentos diversos como tornos, centros de usinagem e mandriladoras, após o que são montados. No processo de montagem são utilizadas também diversos componentes adquiridos de terceiros, como vedações, fixadores, atuadores e redutores. Após a montagem, a válvula é testada e pintada.

Peças fundidas: as peças fundidas, seja para consumo interno ou para venda a terceiros, são conformadas a partir do derretimento de sucata de aço, cuja formulação é ajustada com a introdução de aditivos para formar a liga desejada. O principal processo utilizado na companhia é a fundição a cera perdida, ou microfundição, podendo ser utilizadas outras tecnologias conforme o caso.

Cabos e cordas: são produzidos a partir do trançamento de fios sintéticos diversos em equipamentos especializados.

Materiais compósitos: tubos e postes são fabricados através do processo de enrolamento (*filament winding*), em que a fibra é banhada em resina, enrolada sobre um mandril giratório e depois curada para que o produto possa ser desmoldado e receber o acabamento por lixação, pintura etc.

b. características do processo de distribuição

Na comercialização dos seus produtos, a companhia atende diretamente os seus principais clientes, mas determinados produtos e segmentos são atendidos pelo canal indireto com o uso de revendedores e distribuidores. A companhia possui equipe de vendas interna e usa também representantes comerciais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Não é possível quantificar exatamente a participação da companhia em cada um dos mercados em que atua, seja pela dificuldade de obter dados oriundos de relações *business to business*, seja pela dificuldade em definir os mercados em si.

No negócio de válvulas a empresa é tradicionalmente uma das líderes em seus segmentos de atuação, possuindo um dos maiores parques fabris da América Latina.

No negócio de cabos, a empresa tem uma das maiores bases instaladas de cabos de ancoragem em águas profundas do mundo, em que pese a sua atividade ter encolhido a reboque da crise financeira por que passou.

No negócio de materiais compósitos, a empresa tem posição de liderança na fabricação de tubos de revestimento, e em postes sua atuação apenas está começando.

ii. condições de competição nos mercados

Todos os mercados em que a empresa atua há competição tanto de concorrentes locais como internacionais, seja por meio de fabricação local, seja por importação.

A competição existe independente do grau de valor adicionado e tecnologia dos produtos.

Há segmentos onde existe maior rivalidade e concorrência por preços, outros onde há maior estabilidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. eventual sazonalidade

Os produtos da companhia não são no geral sazonais, ressalvadas exceções em segmentos vinculados à clientes sazonais, como por exemplo agroindústrias e sucoalcooleiras.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os insumos da companhia são adquiridos de empresas privadas, não sujeitos a regulação governamental (exceção para energia e utilidades). A empresa adquire produtos e componentes da China, onde o controle estatal sobre os empreendimentos pode ser exercido por vias formais ou informais.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A empresa não depende de nenhum fornecedor em particular, havendo várias alternativas em todos os segmentos de aquisição. As ofertas de insumos e componentes no país são, contudo, restritas em comparação com as alternativas internacionais, devido ao tamanho do mercado local. A atratividade dos preços locais versus internacionais oscila com frequência, de forma que a Companhia avalia constantemente as opções.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

A maior parte dos insumos adquiridos pela Companhia são produtos intermediários, e, portanto, tem grande componente de matérias primas, estas por sua vez comoditizadas. Assim, há razoável volatilidade no preço dos insumos, podendo as flutuações ocorrerem em velocidade maior que a de cumprimento dos contratos junto aos clientes, o que pode afetar as margens negociadas. Na maioria das vezes não é possível obter proteção contra essas flutuações de preços.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Petrobras e suas subsidiárias frequentemente representam uma concentração de receitas superior a 10%, tendo sido esta nos últimos 3 exercícios como segue:

% da Receita Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2022	2023
Petrobras	22%	19%	25%
Outros clientes com mais de 10% individualmente	N/A	16%	12%
Número de Outros clientes	N/A	1	1

A Companhia tem acordos de confidencialidade com seus clientes que a impedem de identificá-los. Contudo, determinados segmentos de atuação costumam concentrar compras elevadas e gerar potenciais concentrações superiores a 10% da receita em um determinado período. Por exemplo: empresas de EPC (*Engineering Procurement and Construction*) dedicadas à construção de embarcações FPSOs (*Floating Production Storage and Offloading*), transporte e distribuição de gás, petroleiras, adquirentes de peças fundidas, e outros.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Petrobras afetam principalmente os negócios de válvulas e cabos de ancoragem e navais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas plantas industriais necessitam de licenciamento de suas atividades junto as esferas municipais, estaduais e federais. Tais licenças, uma vez obtidas, precisam ser renovadas periodicamente.

O histórico das nossas relações com a administração pública não é conflitivo.

- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Apesar de nossas atividades não serem poluidoras, os licenciamentos na esfera ambiental têm se tornado progressivamente mais trabalhosos, com ocasionais pedidos de contrapartidas dissociadas das atividades em si, como por exemplo exigências de obras civis no entorno das fábricas.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Nossos negócios possuem marcas que consideramos relevantes para o desempenho dos negócios. O registro dessas marcas é mantido em território nacional.

Atualmente não licenciamos patentes ou outras propriedades intelectuais de terceiros. Ocasionalmente buscamos proteção patentária de certos elementos de nossos produtos ou processos de fabricação.

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- ii. em favor de partidos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há histórico de contribuições diretas a partidos, candidatos ou políticos. As políticas da empresa vedam.

A empresa participa de associações, como a Abimaq, que, dentre outras atividades, atuam junto aos órgãos de Estado em prol do interesse dos seus associados, podendo tal atuação se relacionar à formulação de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas no Brasil (R\$ mil)	2021	2022	2023
Receita Líquida	88.256	94.037	82.665
% Receita Total	94%	85%	96%

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas de Exportação (R\$ mil)	2021	2022	2023
País Estrangeiro			
China	4%	13%	0%
Kuwait	0%	0%	2%
Outros países	2%	2%	2%
Receita Líquida	<u>5.297</u>	<u>16.353</u>	<u>3.604</u>
% Receita Total	6%	15%	4%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não se vislumbra aspectos relevantes da regulação desses países com os negócios da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O emissor não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG
- ii. a não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Em razão da reestruturação financeira e do baixo nível de atividade atual das unidades fabris, as atividades relativas à divulgação e monitoramento de atividades ASG não foram implementadas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

O emissor não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda, que compreendem equipamentos especiais, dedicados a determinadas intervenções especializadas em poços de petróleo, com uso principalmente *offshore*, os quais não estão em operação e encontram-se em processo de negociação para venda. Os recursos provenientes da alienação desses ativos são destinados a reestruturação da Companhia e capital de giro.

Abaixo apresentamos o quadro com os valores disponíveis no balanço da Companhia, já líquidos de *impairment* e consistente com laudos elaborados por avaliadores independentes.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	2023
Máquinas e equipamentos	19.184
Ferramentas industriais	1.412
Veículos	<u>2</u>
Total	<u>20.598</u>

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No exercício de 2023, a Companhia teve aumentos de capital que envolveram o Exercício de Bônus de Subscrição, o Exercício de Opções Outorgadas e a 4ª Emissão de Debêntures.

Abaixo apresentamos o detalhamento dos aumentos ocorridos no período:

Data	Documento que deliberou	Valor envolvido (R\$ mil)	Motivo do aumento
31/12/2022	Capital Social	1.898.871	
08/02/2023	Ata 003/2023	0,1	Exercício de bônus de subscrição
02/03/2023	Ata 005/2023	0,1	Exercício de bônus de subscrição
02/03/2023	Ata 005/2023	1.021	Exercício de opções outorgadas
27/04/2023	Ata 011/2023	1	Exercício de bônus de subscrição
05/05/2023	Ata 014/2023	4.200	4ª emissão de Debêntures
16/06/2023	Ata 022/2023	493	Exercício de opções outorgadas
11/07/2023	Ata 026/2023	2.524	4ª emissão de Debêntures
02/08/2023	Ata 027/2023	3.359	4ª emissão de Debêntures
07/08/2023	Ata 028/2023	103	4ª emissão de Debêntures
05/09/2023	Ata 031/2023	49	Exercício de bônus de subscrição
13/09/2023	Ata 032/2023	7.434	Exercício de bônus de subscrição
20/09/2023	Ata 033/2023	51	Exercício de bônus de subscrição
04/10/2023	Ata 034/2023	11	Exercício de bônus de subscrição
18/10/2023	Ata 035/2023	19	Exercício de bônus de subscrição
06/11/2023	Ata 036/2023	68	Exercício de bônus de subscrição
21/11/2023	Ata 039/2023	1.817	Exercício de bônus de subscrição
05/12/2023	Ata 040/2023	46	Exercício de bônus de subscrição
21/12/2023	Ata 041/2023	752	Exercício de bônus de subscrição
31/12/2023	Capital Social	1.920.820	

Todos os instrumentos mencionados acima, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de RI da Companhia e devidamente arquivados na CVM:

<https://ri.lupatech.com.br/pt/reunioes-da-administracao>

<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=20060>

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não foram celebrados acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

À medida que ocorreram investimentos e desinvestimentos por parte da Companhia, a forma de conduzir seus negócios foi alterada *ad hoc* em função dos requerimentos dos negócios. O capital da empresa é substancialmente pulverizado, não havendo acionista controlador.

Em relação a condução atual dos negócios, o foco é 100% na atividade industrial; a Administração é exercida por 2 diretores estatutários, com mandatos de 1 ano, e 5 conselheiros de administração, com mandatos de 2 anos.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 8 de fevereiro de 2023, conforme fator relevante divulgado, a Companhia firmou acordo vinculante com a BPS CAPITAL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.197.332/0001-79 (“BPS”), para a emissão e compromisso subscrição de debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

O acordo, já implementado, oportunizou a emissão de 101 debêntures mandatoriamente conversíveis no valor total nominal de R\$ 10,1 milhões, às quais são conjugadas a 17.735.600 bônus de subscrição. Os Bônus de Subscrição permitem a subscrição de ações com créditos das classes II, III e IV da recuperação judicial da Companhia.

Os instrumentos mencionados, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de RI da Companhia:

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3574_2023.03.24-Aviso-aos-Acionistas_04-Emissao-Debentures_Final_.pdf

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3572_2023.03.24-RCA-007.23-4-Emissao-de-Debentures_e-outros-assuntos_relacionados_e_anexos.pdf

13 de setembro de 2023, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 28 e 29 de junho de 2023 e Aviso aos Acionistas divulgado em 16 de agosto de 2023, a Companhia recebeu comunicação dos Proponentes subscritores da sua 4ª Emissão de Bônus de Subscrição, informando a integralização e exercício de Bônus de Subscrição nas seguintes quantidades: A Arara Azul Gestão de Bens e Direitos S.A. integralizou e exerceu 3.849 Bônus de Subscrição, os quais representam um investimento de R\$ 9,1 milhões na Companhia, e correspondem a uma participação acionária adicional de 9,81%. O Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro integralizou e exerceu 951 Bônus de Subscrição, os quais representam um investimento de R\$ 2,2 milhões na Companhia, e correspondem a uma participação acionária adicional de 2,42%. O aporte de capital realizado pelos Proponentes soma o montante de R\$ 11,3 milhões, tendo sido superado o compromisso de investimento mínimo.

Os fatos relevantes mencionados estão disponíveis no site de RI da Companhia:

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3654_FR-2023_06_28_Proposta-Vinculante-de-Investimento_PT.pdf

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3657_FR-2023_06_29_Aceite-da-Proposta-de-Investimento_VF.pdf

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3719_FR-2023_09_13_Investimento_Proposta-Vinculante_PT.pdf

Neste tópico, podem ser de interesse os contratos envolvendo transformação societária, aquisições e alienações. Vide tópicos anteriores.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupatech busca recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos industriais do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

A Companhia vem melhorando progressivamente seus resultados operacionais, sendo que a continuidade depende não só de melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

2023 foi um ano marcado por eventos patrimoniais importantes para a Companhia.

Em 14 de março foi decretado o fim da recuperação judicial. O pedido de recuperação foi efetuado em 25 de maio de 2015, de sorte que o esforço de reestruturação dos passivos e das operações da companhia durou quase 8 anos. O encerramento do processo teve repercussões positivas tanto no ambiente financeiro – mais receptividade ao financiamento da companhia pelo mercado – como no ambiente comercial – com melhor percepção dos clientes sobre a empresa.

Retomamos nossa atuação no mercado de capitais, com duas operações realizadas no período: uma emissão de debêntures conversíveis com bônus de subscrição como vantagem adicional, e uma emissão de bônus de subscrição.

A 4ª emissão de debêntures, em março, permitiu a injeção de R\$ 10 milhões em capital, e pavimentou caminho para uma possível conversão de créditos sujeitos à recuperação judicial em capital, pelo exercício dos bônus. Devido à queda do preço das ações, os parâmetros da emissão ainda não favoreceram que se materializasse a capitalização de dívida.

Através da 4ª emissão de bônus de subscrição, em julho, a companhia logrou uma injeção de capital de R\$ 15,1 milhões até a data deste relatório, valor menor que o montante estimado, também devido a queda das cotações.

Um terceiro evento contribuiu significativamente para a melhoria da posição financeira da Companhia: o acordo realizado no âmbito do procedimento arbitral movido em razão de descumprimentos contratuais associados à aquisição das empresas San Antonio em 2012. Como resultado da contenda, a companhia recebeu compensações no valor de R\$ 47 milhões, sendo R\$ 32,8 em dinheiro e R\$ 14,2 em direitos creditórios.

Por fim, a companhia também progrediu na desmobilização de ativos remanescentes das operações de serviços, tendo negociado R\$ 11,7 milhões em equipamentos diversos, à vista e à prazo, remanescendo estimados R\$ 20,6 milhões ainda à venda.

A carteira de pedidos encerrou o ano com um saldo de R\$ 81 milhões em pedidos firmes, um crescimento em relação ao trimestre anterior, decorrente de uma atividade comercial aquecida.

Nesta esteira, no último trimestre a companhia obteve dois pedidos de compra de cabos de ancoragem, permitindo a retomada do fornecimento deste produto. O negócio de Cabos e Compósitos apresentou um crescimento de 43% em relação ao ano anterior, fechando o ano com receitas de R\$ 8 milhões, oriundas principalmente da venda de tubos de fibra de vidro para revestimento (liners). O ano de 2024 inicia-se mais promissor, com uma carteira firme de R\$ 12,1 milhões nesse negócio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em válvulas, as receitas de 2023 foram 25% mais baixas que no ano anterior. Pesou para a diferença um contrato de fornecimento de válvulas para FPSOs em 2022, que gerou receitas no montante de R\$ 19 milhões no ano anterior. Em que pese a carteira favorável ao longo 2023, alguns eventos como atrasos logísticos e a retração da oferta de crédito no início do ano (decorrentes do contágio de um grande evento) prejudicaram os esforços de crescimento. Em 2024, iniciamos o ano com uma perspectiva melhor em termos de liquidez e com uma carteira de pedidos em aceleração.

A margem bruta do ano se manteve em patamar semelhante ao do ano anterior, muito embora o lucro bruto tenha reduzido a reboque da receita menor. O Ebitda Ajustado de Produtos permaneceu em terreno positivo, R\$ 2,7 milhões, margem de 3,1%. O Ebitda Ajustado Total, incluindo o legado de Serviços, permaneceu negativo.

Com o fim da Recuperação Judicial, diversas medidas tem sido tomadas para redução do custo deste legado, sobretudo em custos legais e administrativos, medidas essas que devem surtir efeitos a curto e médio prazos.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

	2022	2023
Ativo Circulante	181.288	145.711
Ativo Não Circulante	345.606	337.058
Passivo Circulante	118.650	102.918
Passivo Não Circulante	220.538	220.288
Liquidez Corrente	1,53	1,42
Liquidez Geral	1,55	1,49
Dívida Líquida	142.483	125.753
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(3.350)	(6.333)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou redução de 6,4%, comparando o exercício de 2023 ao exercício de 2022. Devido, principalmente a pagamentos efetuados no período.

b. estrutura de capital

A Estrutura de Capital, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). A composição da Estrutura de Capital é calculada dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, divide-se o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2022	2023
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	339.188	323.206
Endividamento Financeiro Total	155.654	145.660
Outros passivos circulante e não circulante	183.534	177.546
Patrimônio Líquido	187.706	159.563
Estrutura de Capital		
% Patrimônio Líquido	54,7%	52,3%
% Endividamento Financeiro Total	45,3%	47,7%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	339.188	323.206
Passivo Total	526.894	482.769
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	64,4%	66,9%

A Companhia encerrou o exercício de 2023 com Estrutura de Capital composta de 47,7% de Endividamento Financeiro Total e 52,3% de Patrimônio Líquido. Em 2022 a Companhia possuía Estrutura de Capital composta de 45,3% de Endividamento Financeiro Total e 54,7% de Patrimônio Líquido. O Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras), linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES, Títulos Descontados com coobrigação e Títulos de Crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Atualmente, 65,2% do valor total do endividamento encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

O endividamento de curto prazo corresponde a dívidas com o BNDES, Títulos de Crédito e Títulos Descontados com coobrigação. Demais montantes, correspondem a dívidas que serão pagas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial (RJ).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2022	2023
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Não Sujeito à RJ	49.977	44.367
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Sujeito à RJ	4.331	6.266
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Não Sujeito à RJ	5.820	2.765
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Sujeito à RJ	95.526	92.262
Endividamento Financeiro Total	155.654	145.660

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2022	2023
Dívida Líquida	142.483	125.753
EBITDA Ajustado	(3.350)	(6.333)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos dois últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com diversas medidas voltadas para o aumento da liquidez da companhia, principalmente a venda de ativos e a recuperação de créditos contingentes e tributários.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos que a Companhia utilizou no curso regular de seus negócios para as necessidades de capital, foram o caixa operacional, empréstimos, a 4ª emissão de Debêntures e a 4º emissão de Bônus de Subscrição, assim como, a monetização na venda de ativos imobilizados. No ano de 2023 a Companhia obteve êxito em processo arbitral movido em razão de descumprimentos contratuais associados à aquisição das empresas San Antonio, que resultou em recebimentos financeiros.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia vem se utilizando de crédito lastreado em direitos creditórios performados e a performar para o financiamento das suas atividades produtivas. Além disso são perseguidas fontes alternativas como a venda de ativos, a recuperação de créditos pela via judicial, e operações de mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Descrição	Indexador	Taxa de Juros ponderada	31/12/2023			31/12/2022		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial								
Moeda nacional								
Credores com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	2.616	37.630	40.246	1.495	39.001	40.496
(-) Ajuste a valor presente			-	(16.815)	(16.815)	-	(18.200)	(18.200)
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	2.154	72.786	74.940	1.816	86.340	88.156
(-) Ajuste a valor presente			-	(35.545)	(35.545)	-	(45.311)	(45.311)
Moeda estrangeira								
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a.	1.496	71.933	73.429	1.020	78.759	79.779
(-) Ajuste a valor presente			-	(37.727)	(37.727)	-	(45.063)	(45.063)
			6.266	92.262	98.528	4.331	95.526	99.857
Não sujeito à Recuperação Judicial								
Moeda nacional								
Capital de giro / expansão - BNDES*	TJLP	6,55% a.a.	8.648	-	8.648	8.648	-	8.648
Titulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	FIXO	1,86% a.m.	17.834	-	17.834	23.786	-	23.786
Capital de Giro e FGI	FIXO	1,68% a.m.	15.366	2.765	18.131	15.024	5.820	20.843
Moeda estrangeira								
Capital de giro / expansão - BNDES*	DÓLAR	5,10% a.a.	2.519	-	2.519	2.519	-	2.519
			44.367	2.765	47.132	49.977	5.820	55.797
			50.633	95.027	145.660	54.308	101.346	155.654

*Os créditos para "Capital de Giro/Expansão" outorgados pelo BNDES são objeto de litígio que envolve, entre outros, a classificação dos créditos. Os valores indicados no quadro correspondem ao valor total objeto da discussão, e se subdividem em uma parte sujeita à Recuperação Judicial e uma parte não sujeita. A parte não sujeita se limita ao valor dos bens objeto de alienação fiduciária, valor este que somente poderia ser aferido em hasta segundo decisão do TJ-SP – segundo laudos de avaliação contratados pela Companhia, os bens tinham o valor de R\$ 5.005 em 2018.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos Não Sujeitos à Recuperação Judicial

Além dos empréstimos captados com bancos e antecipação de títulos para capital de giro, por meio de Fatos Relevantes, a Companhia divulgou a Primeira e Segunda Emissões de Nota Comercial:

(i) Primeira Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 2.000.000,00; e, (ii) da Segunda Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 1.500.000,00; ambas tendo como escrituradora a Singulare, e tendo como credoras as pessoas jurídicas SB Crédito Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, e Direta Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial.

Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial

No que diz respeito aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial listados em reais, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano e TR + 3,3% ao ano, respectivamente, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial. Já credores listados em moeda estrangeira, são atualizados a uma taxa de 0.4% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2023 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 90.787 e em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 108.574, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

Vencimento	31/12/2022	31/12/2023
2025	8.215	5.642
2026	7.681	6.374
2027	6.384	7.943
2028	7.936	9.958
A Partir de 2029	71.130	65.110
	101.346	95.027

As informações relativas à Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico

<https://ri.lupatech.com.br/pt/recuperacao-judicial>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não continha eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com evidência em volume de descontos recentes, o limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras foi de R\$ 15 milhões. Os vencimentos raramente superam 90 dias, portanto os valores tomados costumam ser baixados dentro do limite e variar continuamente. As instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as duplicatas.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela CVM.

As demonstrações financeiras de 2023 e de 2022 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023, as principais variações nas demonstrações de resultado ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento das outras receitas operacionais; (ii) aumento de Receitas/Despesas Financeiras; e (iii) aumento da variação cambial.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2022	2023	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	110.390	86.269	-21,9%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(85.143)	(66.092)	-22,4%
Resultado Bruto	25.247	20.177	
Receitas/Despesas Operacionais	(84.435)	(50.531)	
Com Vendas	(10.232)	(12.678)	23,9%
Gerais e Administrativas	(22.765)	(21.227)	-6,8%
Remuneração dos Administradores	(4.751)	(4.563)	-4,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(46.687)	(12.063)	-74,2%
Resultado Financeiro Líquido	(10.297)	83.615	
Receitas Financeiras	13.161	21.254	61,5%
Despesas Financeiras	(39.297)	(57.120)	45,4%
Variação Cambial Líquida	15.839	119.481	654,3%
Resultados Antes do IRPJ e CSLL	(69.485)	53.261	
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	-	0,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	124.351	(612)	100,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	54.866	52.649	-4,0%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 86,3 milhões no decorrer de 2023.

Segmento de Produtos:

A redução observada entre 2023 e 2022 é devida, substancialmente ao negócio de válvulas em razão do fornecimento maior destinado à construção de uma FPSO no período anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segmento de Serviços:

As transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

Despesas com Vendas:

As despesas comerciais são predominantemente variáveis na forma de fretes e comissões. Em 2023, as despesas comerciais da Companhia totalizaram R\$ 12,7 milhões contra R\$ 10,2 milhões em 2022. A variação se deu principalmente no segundo semestre de 2023 devido a características dos negócios predominantes naquele período.

Despesas Gerais e Administrativas:

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 21,2 milhões em 2023 contra R\$ 22,8 milhões em 2022. A redução frente ao ano anterior é devida, substancialmente, pelas despesas não recorrentes embutidas no resultado do período anterior comparado.

Os Honorários dos Administradores é composto de remunerações fixa e variável.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais variaram significativamente no exercício de 2023 em comparação com 2022, passando de R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022 para R\$ 12,0 milhões de despesa em 2023.

O principal evento que corroborou para esta variação positiva foi o reconhecimento de R\$ 27,6 milhões de receita, referente a sentença final favorável obtida pela Companhia em procedimento arbitral que perseguia o ressarcimento de perdas incorridas indenizáveis conforme Acordo de Investimento celebrado para a aquisição das Sociedades San Antonio pelo Grupo Lupatech em 2012 ("Acordo de Investimento").

Resultado Financeiro Líquido:

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2023 atingiu R\$ 21,2 milhões versus R\$ 13,1 milhões no exercício de 2022. O aumento se explica, principalmente pelo reconhecimento de repactuação de dívida.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentou R\$ 17,8 milhões no exercício de 2023 em comparação com o de 2022, atingindo R\$ 57,1 milhões no ano de 2023 versus R\$ 39,3 milhões em 2022. A variação se deve principalmente à (i) Ajuste a Valor Presente; (ii) juros sobre fornecedores e empréstimos da Recuperação Judicial, e (iii) multas e juros de mora sobre débitos tributários parcelados.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2023 resultou em receita de R\$ 119,5 milhões versus uma receita de R\$ 15,8 milhões no exercício de 2022 afetada pela valorização do real frente à moeda estrangeira. As variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos entre Companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2023 resultou em receita de R\$ 83,6 milhões versus uma despesa de R\$ 10,3 milhões em 2022.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício:

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2023 foi lucro de R\$ 52,6 milhões.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as principais variações de fluxo de caixa ocorreram em função dos seguintes fatores:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2023
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(24.517)	(1.092)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	4.873	20.093
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	13.639	(12.265)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.005)	6.736
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	19.176	13.171
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	13.171	19.907

Atividades Operacionais:

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2023, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 1,1 milhões, devido principalmente por consumo de créditos tributários para compensação de débitos e encargos financeiros sobre financiamentos.

Atividades de Investimentos:

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

O saldo total dos investimentos em ativo não circulante como imobilizado, intangível e investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos, bem como ativo classificado para propriedade para investimento, totalizaram o montante positivo de R\$ 20,1 para o exercício de 2023 e positivo de R\$ 4,9 em 2022 respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2023
Receitas Provenientes de Venda de Imobilizado	6.399	20.663
Aquisição de imobilizado	(1.847)	(803)
Adição de Intangível	(62)	-
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	383	233
Total	4.873	20.093

Atividades de Financiamento:

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2023, houve geração de R\$ 12,3 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente pela captação de recursos junto a instituições financeiras, para financiar a expansão da atividade. Em 2022, a geração de caixa nas atividades de financiamento foi R\$ 13,6 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

- a. sobre os resultados das operações do emissor, em especial: descrição de quaisquer componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2023

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2023 atingiu R\$ 86,3 milhões versus R\$ 110,4 milhões apurados no exercício de 2022. O negócio de Cabos e Compósitos apresentou um crescimento de 43% em relação ao ano anterior, oriundos principalmente da venda de tubos de fibra de vidro para revestimento. A redução de 25% observado no negócio de válvulas, está atrelado a um contrato de fornecimento de válvulas para FPSOs em 2022. As receitas que compõe o Segmento de Serviços são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

O Lucro Bruto no exercício de 2023 atingiu R\$ 20,3 milhões.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022 para R\$ 12,1 milhões de despesa em 2023. A movimentação de 2023 está relacionada, principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 27,6 milhões de receita, referente a sentença final favorável obtida pela Companhia em procedimento arbitral que perseguia o ressarcimento de perdas incorridas indenizáveis conforme Acordo de Investimento celebrado para a aquisição das Sociedades San Antonio pelo Grupo Lupatech em 2012 (“Acordo de Investimento”); (ii) R\$ 2,5 corresponde ao efeito líquido positivo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos; (iii) R\$ 18,7 milhões de despesas com ociosidade de produção; (iv) R\$ 13,1 milhões do reconhecimento de impairment sobre outros ativos; (v) R\$ 5,5 milhões com obsolescência e perdas extraordinárias com estoques; (vi) R\$ 1,8 milhões de efeito líquido negativo na alienação de ativos imobilizados; (vii) R\$ 1,7 milhões correspondente ao efeito líquido negativo oriundos do reconhecimento de impostos, ajustes de saldos de créditos junto a fornecedores e reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento para atender as normas contábeis de combinação de negócios; (viii) R\$ 1,4 milhões do reconhecimento de perdas eventuais na realização de ativos creditícios.

O Resultado Financeiro Líquido em 2023, foi negativo em R\$ 35,9 milhões versus um resultado também negativo de R\$ 26,1 milhões em 2022, e teve como efeito principal o ajuste a valor presente referente à dívida em Recuperação Judicial, à atualização de juros e multas sobre impostos, fornecedores e empréstimos. O resultado financeiro líquido total tem influência da variação cambial.

O EBITDA Ajustado Consolidado foi negativo em R\$ 6,3 milhões no exercício de 2023 ante resultado negativo de R\$ 3,3 milhões em 2022.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos podem ser altamente customizados, o que afeta a precificação a cada novo projeto em que se participa.

Em 2023 não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Receita Líquida pode ser afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

A variação cambial sobre insumos costuma resultar pouco impacto, pois a estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já, a variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar e a despesa financeira.

A inflação impacta a precificação na medida em que o custo de insumos é afetado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. sobre mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Pronunciamento Alteração / aprimoramento

- IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*. Divulgações de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explica como identificá-las.
- IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*. Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação do passivo por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
- IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças contábeis e correção de erros.
- IFRS 17 – *Insurance*. Norma não aplicável à Empresa.
- IAS 12 – *Tributos sobre o Lucro* Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor externo apresenta em seu relatório ênfase relativa à continuidade operacional, em razão do histórico de resultados recentes da Companhia. A Companhia vem há anos se reorganizando e gradualmente melhorando o seu desempenho operacional. Dada a insuficiência da geração de caixa operacional no atual nível de atividade para fazer face às suas obrigações, a empresa requer, fontes de externas ou não operacionais para financiar a continuação das atividades.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve aquisição ou alienação de participação societária em 2023 e 2022.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2022	2023
Produtos	5.931	2.692
Margem	5,4%	3,1%
Serviços	(9.281)	(9.025)
Margem	n/a	n/a
Total	(3.350)	(6.333)
Margem	-3,0%	-7,3%

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	2022	2023
Lucro Bruto	25.247	20.177
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(32.997)	(33.905)
Honorários dos Administradores	(4.751)	(4.563)
Depreciação e Amortização	5.463	4.378
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(46.687)	(12.063)
Ebitda das Atividades	(53.725)	(25.976)

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair dívidas adicionais para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) ou internacionais (IFRS), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros ou prejuízos, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes ou excepcionais, segundo avaliação e estimativas da administração.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Nas demonstrações financeiras publicadas referente ao ano de 2023 consta o evento subsequentes abaixo replicado. Não houve quaisquer eventos posteriores que tenham o condão de alterar substancialmente o quanto lá divulgado.

Waiver - Dispensa de Exigência em CCB

Em virtude do não atendimento de *Covenant* Financeiro de Cédula de Crédito Bancário (BOCOM), onde a avaliação é realizada através de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras auditadas, a Companhia recebeu *waiver* em 20 de março de 2024, onde a instituição financeira confirma que esse único item de quebra/ descumprimento, não acarreta o vencimento antecipado da dívida.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	Cabe ao Conselho de Administração da Companhia propor à Assembleia Geral a retenção de lucros. Não há retenção de lucros para o exercício de 2023, considerados os limites e ajustes dispostos no capítulo XI do Estatuto Social da Companhia e na Lei 6.404/76.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Não houve a distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social Companhia, para o presente exercício, é incompatível com a sua situação financeira, haja vista a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extra-concursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de Recuperação Judicial. Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição do dividendo obrigatório e o seu registro como reserva especial, nos exatos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Poderemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral, distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, e o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política está disponível no site da Companhia. https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (***off-balance sheet items***), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme citado acima, não se aplica à Companhia para o período atual.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, não foram definidos orçamentos de capital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia persegue a venda de diversos equipamentos utilizados em seu negócio de Serviços. A venda de ditos equipamentos não afeta as operações de Produtos e os fundos dela resultantes viria a reforçar a liquidez da Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2023.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve dispêndios de capital relevante no desenvolvimento de produtos no exercício de 2023.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Sustentabilidade é essencial nos negócios da Lupatech, além de colaborar com a redução de custos, também contribuí para a preservação ambiental e a construção de um planeta melhor para as próximas gerações. Através da adoção de ações sustentáveis que possibilitem o progresso da empresa, sem agredir o meio ambiente, demonstramos o compromisso com a sociedade e com os nossos valores alinhado com os objetivos de crescimento.

A Lupatech contribui para o crescimento sustentável ao desenvolver soluções inovadoras e de qualidade com os menores impactos possíveis ao meio ambiente. Dentre algumas de nossas iniciativas e compromissos destacamos: Desenvolvimento de um projeto para o reaproveitamento e reuso dos efluentes industriais produzidos pela empresa, além de proporcionar menor custo, a companhia deixa de utilizar água de melhor qualidade no processo de produção.

2.10 Planos de negócios

Realizamos ações de conscientização para que cada um faça sua parte em relação aos recursos naturais, a fim de que não se esgotem para as gerações futuras. Desta forma, promovemos palestras para todos os colaboradores, como por exemplo a Semana de conscientização ambiental e ODS e externamente para escolas.

Buscamos melhorar continuamente os processos e adotar medidas de redução do impacto ambiental e insumos, como por exemplo, através da substituição de lâmpadas de mercúrio e vapor metálico por lâmpadas em Led, entre outras.

Cultivamos um ambiente de respeito à diversidade e aos direitos humanos, respeitando as diferenças entre gênero, cor, raça, idade, orientação sexual, ou qualquer outra condição e não admitimos qualquer prática de discriminação. Estamos comprometidos em adotar as melhores práticas e promover programas de qualidade de vida, de saúde e de segurança para os colaboradores. Bem como, assegurar os recursos necessários a promoção e proteção dos direitos humanos e do trabalho.

Adotamos as melhores práticas de governança recomendadas e perseguimos continuamente o aprimoramento dos nossos controles internos. Nesse contexto, realizamos constantemente ações de melhoria em nossos instrumentos de governança, a fim de alinhar aos objetivos estratégicos de longo prazo. A companhia aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, descrevendo em seu Comunicado de Progresso as ações desenvolvidas. A Lupatech é signatária do pacto global desde 2018.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não existem outros fatores relevantes a ser comentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia informa ao mercado alguns objetivos de longo prazo, conforme segue:

Período	Receita líquida	Margem Ebitda
Entre 3 e 5 anos - Objetivo	R\$ 550 milhões (considerando a faixa de R\$ 450 milhões a R\$ 650 milhões)	17% a 23%
Entre 5 e 10 anos- Objetivo	R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões	NA

Os objetivos informados são alvos estratégicos perseguidos pela administração da Companhia para horizontes de 3 a 5 anos e de 5 a 10 anos, não consistindo em projeções ou previsões. A consecução desses objetivos depende de inúmeros fatores de alto grau de incerteza, como por exemplo e sem se limitar à:

- (i) Internos à Companhia: capacidade de obtenção de financiamento ou recursos próprios para suportar adequadamente o plano de crescimento
- (ii) Externos à Companhia: retorno ao mercado interno da demanda por válvulas para FPSOs, recuperação da demanda interna pelos produtos da empresa após à longa crise do setor petrolífero, recuperação da demanda por bens de capital, concorrência internacional, exigências de conteúdo local e cumprimento pelos agentes de mercado dos seus requisitos, êxito na aceitação de novos produtos e serviços introduzidos no mercado.

Para 2024 e anos seguintes a Companhia não divulgou projeções ou previsões.

Projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, como as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e de suas operações, de acordo com as informações disponíveis no mercado até a presente data.

Quaisquer projeções estão, portanto, sujeitas a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há projeções substituídas ou incluídas.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não há comparações a realizar.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não há projeções a ratificar para o período em curso.

Durante os 3 últimos exercícios, a Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de seus indicadores para os exercícios de 2023 e seguintes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

No momento atual, a Lupatech S.A. emerge de uma longa crise financeira que envolveu sucessivas renegociações de seu passivo, inclusive através de uma recuperação extrajudicial, em 2014, e uma recuperação judicial, de 2015 a 2023.

Como resultado desses esforços de reestruturação, a empresa saiu com um passivo substancialmente reduzido e reescalonado. No entanto, a recuperação do nível de atividade e de ocupação das fábricas tem ocorrido lentamente, de forma que a empresa possui um equilíbrio tênue entre geração de caixa e capacidade de serviço do endividamento.

Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade operacional depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Sob esta ótica, o investidor que detenha ações da Companhia está exposto tanto ao seu risco de continuidade como o de potencial diluição da base acionária.

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia possui uma base acionária dispersa, e não possui um acionista controlador ou acordo de acionistas em vigor.

Desta forma, a empresa está exposta à aquisição do seu controle em bolsa, podendo vir a ser formado grupo de controle ou mesmo que, por força de aquisição de controle por um único investidor, ocorra oferta pública de aquisição.

Neste cenário, o investidor das ações da Lupatech S.A. está exposto aos riscos inerentes à troca do controle, alterações substanciais na administração e no plano de negócios desenvolvido atualmente, podendo estes serem ou não favoráveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. suas controladas e coligadas

A empresa possui diversas controladas atuantes em segmentos diversos, mas especialmente em serviços petrolíferos, que tiveram atividade cessada por conta do encerramento de contratos no curso da recuperação judicial.

Estas empresas possuem passivos e contingências diversas nas esferas cível, trabalhista e tributária, cujo montante é significativo. No evento de materialização de obrigações, sua satisfação pode depender, conforme o caso, da venda de ativos, da recuperação de créditos, ou de suprimento de capital por outras empresas do grupo.

d. seus administradores

A Companhia busca manter remuneração bem como incentivos de curto, médio e longo prazos atrativos e alinhados à retenção de seus administradores. Contudo, esses profissionais chave podem eventualmente deixar a Companhia. Eventuais trocas de liderança podem ter efeitos no desempenho dos negócios.

e. seus fornecedores

A Companhia não possui dependência exclusiva em fornecedores específicos. Sem embargo, há insumos para os quais não há muitas opções de fornecimento, de forma que a eventual ruptura de relações com determinados fornecedores pode resultar em ônus adicional na aquisição de insumos de outras fontes, o que pode por vez afetar a competitividade comercial da empresa.

f. seus clientes

Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um “*going concern*”, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Os clientes da Companhia em grande parte são empresas estatais, empresas que fornecem para estatais, ou empresas que realizam obras públicas. Nesse sentido, existem riscos associados ao envolvimento de clientes em corrupção ou atividade político-eleitoral. A empresa fica sujeita a dois riscos principais – o risco da descontinuação de contratos dos seus clientes, resultando subseqüentemente no descumprimento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

obrigações contratadas com a Lupatech, e o risco reputacional de ter contratado negócios com o pivô de um evento de corrupção. Ainda que erradas, falsas ou maliciosas, notícias propagadas com esse teor tem o condão de afetar contratações junto a outros clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A Lupatech atua preponderantemente na cadeia de fornecimento de equipamentos para a indústria de petróleo e gás. Também tem fornecimentos significativos para diversas outras indústrias, inclusive, mas não se limitando a, de energia elétrica, construção naval, construção pesada e de infraestrutura, açúcar e álcool, química, papel e celulose, automobilística e armamentos.

Os setores em que atuamos possuem concorrência internacional que tem plena possibilidade de acesso ao mercado doméstico. A flutuação da taxa de câmbio, bem como disparidades estruturais do Brasil frente a outros países - por exemplo a ineficiência tributária - podem prejudicar a nossa competitividade.

Alguns setores para os quais fornecemos tem atividade econômica cíclica e/ou vinculadas a commodities. Nesse sentido, nossos negócios podem ser afetados pela retração prolongada das atividades dos nossos clientes.

A competição em alguns dos nossos setores de atuação envolve a disputa de grandes contratos frente a poucos clientes, muitas vezes em processos licitatórios. Entendemos que esse contexto é propício para que a competição se dê em base de preços, o que pode afetar a rentabilidade dos nossos negócios.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Os setores para os quais fornecemos (acima exemplificados) podem estar sujeitos a riscos de intervenção estatal direta ou indireta dos mais variados tipos, que podem ter consequência nos negócios da companhia. Tais intervenções, por exemplo e sem se limitar à, podem incluir: imposições que limitem os investimentos e a demanda dos nossos clientes, regulamentos que modifiquem especificações dos produtos ou que afetem nossas licenças para fornecer produtos.

As nossas atividades propriamente não são reguladas pelo Estado. À exceção das licenças específicas requeridas para que a empresa opere, tais como licenças de instalação, ambientais, dentre outras, que podem observar aspectos muito particulares da licencianda, as demais regulações que se impõe são as que se aplicam igualmente à todas as empresas congêneres.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente a companhia não tem atuação por presença em nenhum país estrangeiro, exceto pelo legado de empresas holding não operacionais.

A empresa, no entanto, mantém atividades de comércio exterior, tanto de exportação, como de importação. A China tem sido o principal parceiro comercial em ambos os sentidos. Possuímos um escritório de representação na China focado no desenvolvimento de fornecimentos. Podemos não ser capazes de manter nosso escritório de representação ou de obter vistos para nossos funcionários, o que pode afetar nossa capacidade de aquisição de insumos de forma competitiva.

j. questões sociais

A companhia possui presença fabril em cidades interioranas. Em algumas dessas localidades, a população é pequena, o que limita as possibilidades de contratação de mão de obra especializada, e ocasionalmente até

4.1 Descrição dos fatores de risco

mesmo de não especializada. A escassez de profissionais pode limitar ou prejudicar o desenvolvimento das operações.

Determinadas tendências sociais podem a médio e longo prazos prejudicar o plano de negócios. Entre tais tendências, elenca-se a preferência por empregos não-industriais (“*white-collar*”), as deficiências de educação básica, técnica e superior limitando a qualidade e quantidade de profissionais disponíveis para contratação.

A falta de profissionais pode ensejar aumento dos custos de contratação ou investimentos para treinamento e desenvolvimento dos profissionais contratados.

As operações de serviços petrolíferos da Companhia foram vitimadas por uma elevada litigiosidade laboral. A litigiosidade sempre foi menor nas operações industriais, seja pela natureza das atividades seja pela localização das fábricas. A partir da reforma trabalhista de 2017, houve significativa redução da litigiosidade. Este cenário pode mudar caso ocorram retrocessos nas medidas implantadas bem como caso volte a ser subsidiada e fomentada a atividade sindical.

k. questões ambientais

As atividades desenvolvidas atualmente pela Companhia são preponderantemente não poluidoras. Ainda assim, a companhia se submete a diversas exigências relacionadas a meio ambiente, tais como questões de vizinhança - ruído por exemplo – segurança do trabalho e o descarte de resíduos e efluentes.

Muito embora a empresa se empenhe na observação da legislação e na mitigação e saneamento das questões ambientais, ela está sujeita ao arbítrio de agentes públicos que tem o poder não somente de exigir o cumprimento da sua própria interpretação das normas aplicáveis, como também de punir e até mesmo suspender as atividades da Companhia. Esses são riscos à que a companhia se submete.

A imposição de normas infralegais no Brasil ocorre em velocidade maior do que é possível para a indústria em geral acompanhar. Em especial, as normas relacionadas à adaptação de equipamentos no contexto de segurança do trabalho (NR12) oferecem desafios em razão de nenhum outro país exigir as mesmas adaptações solicitadas no Brasil. Isto impõe não somente custos, mas também desafios de engenharia. E mais, os requerimentos são frequentemente subjetivos, submetendo a empresa aos riscos decorrentes dessa subjetividade.

No campo dos licenciamentos ambientais, tem se observado com frequência a imposição de mecanismos não tributários de arrecadação pela exigência de “contrapartidas ambientais”. As exigências usualmente impostas não costumam guardar correlação com alterações na conduta usual da companhia ou mesmo dos próprios os efeitos da presença da empresa no local. Esta situação ocasionalmente impõe à Companhia custos não previsíveis e não relacionados às suas atividades, bem como a torna suscetível aos riscos inerentes à discordância sobre as exigências.

Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionarem riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia tem concentração de receitas provenientes dos negócios relacionados à indústria petroleira. A velocidade da chamada transição energética pode afetar a demanda por produtos do portfólio da Companhia.

As plantas industriais de São Leopoldo e Feliz encontram-se situadas em regiões de várzea de rios. A alteração de volumes pluviométricos sujeita essas unidades à riscos de inundação. Nesse cenário, os seguros contratados podem não ser suficientes para os danos provocados, especialmente no que tange a lucros cessantes

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, as reparações financeiras podem não ser suficientes à adequada recomposição patrimonial, por uma série de motivos, tais como: o tempo para que as indenizações sejam pagas, a dificuldade de repor rapidamente certos equipamentos chave, sobretudo máquinas desenvolvidas pela própria empresa e que podem contar com documentação técnica insuficiente à sua reconstrução, a impossibilidade de precisar os tempos necessários à retomada, que podem ser superiores à duração dos lucros cessantes segurados, imprecisão na avaliação do custo de reposição dos bens segurados, a impossibilidade de antecipar o tamanho dos riscos incorridos por terceiros em razão de falhas dos nossos produtos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Risco 1:

No momento atual, a Lupatech S.A. emerge de uma longa crise financeira que envolveu sucessivas renegociações de seu passivo, inclusive através de uma recuperação extrajudicial, em 2014, e uma recuperação judicial, de 2015 a 2023.

Como resultado desses esforços de reestruturação, a empresa saiu com um passivo substancialmente reduzido e reescalonado. No entanto, a recuperação do nível de atividade e de ocupação das fábricas tem ocorrido lentamente, de forma que a empresa possui um equilíbrio tênue entre geração de caixa e capacidade de serviço do endividamento.

Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade operacional depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Sob esta ótica, o investidor que detenha ações da Companhia está exposto tanto ao seu risco de continuidade como o de potencial diluição da base acionária.

Risco 2:

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

Risco 3:

Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um “*going concern*”, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Risco 4:

Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionarem riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

Risco 5:

As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, as reparações financeiras podem não ser suficientes à adequada recomposição patrimonial, por uma série de motivos, tais como: o tempo para que as indenizações sejam pagas, a dificuldade de repor rapidamente certos equipamentos chave, sobretudo máquinas desenvolvidas pela própria empresa e que podem contar com documentação técnica insuficiente à sua reconstrução, a impossibilidade de precisar os tempos necessários à retomada, que podem ser superiores à duração dos lucros cessantes segurados, imprecisão na avaliação do custo de reposição dos bens segurados, a impossibilidade de antecipar o tamanho dos riscos incorridos por terceiros em razão de falhas dos nossos produtos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

No quesito câmbio, a exposição da Companhia concentra-se em três itens:

- (i) Na dívida contratada em moeda estrangeira.
- (ii) Nos pagamentos devidos a fornecedores por insumos adquiridos no exterior, ou as aduanas em decorrência da sua nacionalização. A quantificação dessa exposição é mais complexa e variável. Isto porque tanto os volumes de compras como a origem dos insumos variam amplamente, havendo momento em que há pouquíssimas compras internacionais e outros onde as compras internacionais dominam o contexto. Em especial, os contratos de fabricação de cabos são dependentes de matérias primas importadas que podem responder por até 80% do custo dos produtos. Já no caso de válvulas, existe um componente de importações que avizinha-se de um patamar intermediário, mas que, como dito, pode variar muito. No caso de compósitos, há um viés para maior teor de insumos importados.
- (iii) Nos recebimentos de clientes por exportações. Frequentemente os grandes projetos na área de petróleo e gás demandam a exportação real ou ficta dos produtos. Em ambos os casos, as receitas são contratadas em divisas. Como não é possível determinar antecipadamente a proporção das receitas, o investidor deve observar a natureza dos fornecimentos em curso para fazer seu juízo sobre o risco cambial.

No campo das taxas de juro, relevante observar que a maior parte do endividamento da Companhia é decorrente da Recuperação Judicial e indexado à TR. Nesse sentido a TR somente assume valores em ambientes de juros muito elevados. Parte da dívida, especialmente a de curto prazo, é pré fixada ou indexada à Selic, deixando a Companhia sujeita às suas flutuações.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, administrativa quanto na arbitral.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportada pela opinião dos advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis em demandas onde a Companhia ou as controladas são requeridas, ou seja, fazem parte do polo passivo de ditas ações.

A seguir, estão relacionados os processos contingentes não sigilosos e suas principais informações conforme posição atualizada dos assessores jurídicos externos, responsáveis pelo patrocínio de referidas demandas.

Processos em que a Companhia atua no polo ativo:

Processo nº 5011212-71.2020.8.21.0033 – Contingência Cível	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo/RS
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/10/2020
d. partes no processo	Lupatech S/A x Cordoaria CSL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.194.336
f. principais fatos	Ação promovida pela Cordoaria São Leopoldo e CSL Inter visando a sustação de protesto de sentença arbitral indicado pela Lupatech alegando as partes promoventes que houve a compensação da dívida protestada em momento anterior situação que ensejaria a inexistência da dívida com a Lupatech.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Realizada a fase instrutória, as partes apresentaram suas alegações finais. Em janeiro de 2024 foi proferida sentença julgamento improcedentes os pedidos da Cordoaria. A Cordoaria interpôs recurso de apelação da sentença e a Lupatech apresentou suas contrarrazões. Aguarda-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.
h. estágio do processo	Processo aguardando manifestação do Ministério Público.
i. chance de perda	Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está no fato dele pretender o reconhecimento de compensação de crédito que a Lupatech teria com a CSL, crédito este que já se encontra em franca execução judicial.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Embora seja remota a chance, em caso de perda do processo tem-se dois cenários: 1º) se o juiz entender que a compensação ocorreu em 2014, o crédito da condenação perseguido pela Lupatech contra a CSL nos dias atuais se extinguiria; 2º) se o juiz entender pela existência do crédito da CSL, mas não sendo passível de compensação, o valor perseguido pela CSL deverá ser objeto de pagamento pelo Plano de Recuperação Judicial, sem qualquer implicação na cobrança dos valores pela Lupatech.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos em que a Companhia atua no polo passivo:

Processo nº 0021581-60.2015.4.03.6100 – Contingência Cível	
a. juízo	5ª Vara Federal, JF São Paulo
b. instância	1º Grau - Capital (Cível)
c. data de instauração	20 de outubro de 2015
d. partes no processo	BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento vs. Lupatech S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.167.447 de valor da causa
f. principais fatos	Trata-se de ação que visa promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às empresas do Grupo Lupatech.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Ação de busca e apreensão movida em 20 de outubro de 2015 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (“BNDES”) contra Lupatech S.A. e UEP - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda, visando promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às referidas empresas do Grupo. Valor da causa atualizado de R\$35.958. Em razão da recuperação judicial do Grupo Lupatech, em 1º de fevereiro de 2017 o juízo da 5ª Vara Federal de São Paulo, no qual se processa a ação, determinou a suspensão de todos os atos expropriatórios e submeteu ao juízo da recuperação judicial a análise acerca da essencialidade de referidas máquinas e equipamentos para as operações do Grupo Lupatech.</p> <p>Nos autos da recuperação judicial, com exceção dos bens pertencentes à unidade de Macaé, os demais foram declarados pelo juízo como essenciais para as operações do Grupo Lupatech, obstando sua busca e apreensão. Posteriormente, extrapolados os prazos recursais, o BNDES voltou a exigir a retomada da busca e apreensão dos bens na Recuperação Judicial. O novo pedido do BNDES, embora acolhido em primeira e segunda instâncias, foi obstando pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou a indicação de outros meios, que não a apreensão dos bens, para que seja satisfeito o crédito do BNDES.</p> <p>O BNDES interpôs recurso da decisão proferida pelo Ministro do STJ, o qual aguarda julgamento. Em 12 de julho de 2023, o BNDES apresentou manifestação informando o proferimento da sentença de encerramento da recuperação judicial e reiterando pedido para provimento do seu agravo interno. Aguarda-se a apreciação dos recursos pelo STJ.</p> <p>Em dezembro de 2021 o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o valor do crédito extraconcursal do BNDES, aquele decorrente dos bens que compõem a garantia de alienação fiduciária – objeto da busca e apreensão, está limitado ao seu valor efetivo de liquidação em hasta. Conforme laudo de avaliação de bens datado de 2018, o valor dos bens é de R\$5.005. A dívida está contabilizada no passivo pelo seu saldo à data do pedido de recuperação judicial de R\$ 11.167, que se subdivide em uma parte sujeita à Recuperação Judicial (classe II) e uma parte não sujeita (o valor efetivo dos bens).</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	O processo da Busca e Apreensão encontra-se suspenso por determinação do Superior Tribunal de Justiça que, em recurso manejado nos autos da Recuperação Judicial, obstou a apreensão dos bens alienados fiduciariamente.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Relevância no caso em questão se dá pelo valor envolvido na demanda, sendo parte dele extraconcursal, porém, limitado ao valor dos bens alienados fiduciariamente e outra grande parte sujeita à recuperação judicial
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda dos bens alienados fiduciariamente (garantia) e a sua venda para quitar a parte extraconcursal do crédito do BNDES, parte esta que ficará limitada ao valor da alienação dos bens. O valor restante será classificado como crédito concursal e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Processo nº 0007164-34.2017.8.19.0028 – Contingência Cível	
a. juízo	3ª Vara Cível de Macaé/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/06/2017
d. partes no processo	Sotep - Sociedade Tecnica de Perfuração x Petrobras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Multa contratual no valor de R\$ 9.598.682
f. principais fatos	Ainda não houve sentença neste processo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Ação da Petrobras promovida em face da Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. para o reconhecimento e cobrança de penalidades contratuais dos instrumentos nº 2100.0033047.07.2 e n.º 2100.0033049.07.2, no valor total de R\$ 9.598.681,76. A grande parte da cobrança é sujeita à Recuperação Judicial da Sotep. Apresentamos contestação em 05/08/2022 e a Petrobras apresentou réplica à contestação em 21/10/2022.</p> <p>Em 10/03/2023 houve despacho para especificação de provas, a qual a Petrobras em 12/04/2023 reiterou o pedido de produção prova documental incidental, testemunhal e depoimento pessoal.</p> <p>A Sotep em 14/04/2023 informou que não há provas a serem produzidas, sendo que as produzidas na contestação são suficientes para o deslinde da demanda Contudo, há existência de outra ação, processo 0001067-76.2021.8.19.0028, onde a Sotep busca a declaração de inexigibilidade da referida multa. Mencionada demanda judicial recebeu contestação e réplica, tendo a Sotep se manifestado no sentido de não existir novas provas a produzir. A Petrobras não manifestou o interesse em produzir provas. O processo encontra-se na fila da sentença.</p>
h. estágio do processo	Aguardando decisão a respeito da manifestação das partes em relação a produção de novas provas.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, será reconhecido o valor de multa da Petrobras, e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha no passivo o montante de R\$ 11,2 milhões referente ao processo 0021581-60.2015.4.03.6100.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Processos em que a Companhia atua no polo ativo:

Procedimento Arbitral – UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Trata-se de procedimento arbitral instaurado, por conta do inadimplemento do Contrato de Compra e Venda de contenedores de Carga para Transporte, firmado em 25 de fevereiro de 2012, e retenção arbitrária realizada da quantia adiantada pela Lupatech ao longo da execução do contrato em questão. Em 08 de junho 2022, foi prolatada a sentença arbitral confirmando a existência de um crédito em favor da Lupatech, cujos critérios de correção monetária e juros moratórios ainda seriam definidos em uma fase de posterior liquidação. Não houve abertura da fase de liquidação. Aguarda-se deliberação final do Tribunal Arbitral sobre o pedido da Lupatech para fixação dos termos iniciais da correção monetária e dos juros moratórios.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 5.401.579

Processos em que a Companhia atua no polo passivo:

Ação Ordinária – UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda(em segredo de justiça)	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação ordinária de obrigação movido na esfera de propriedade industrial. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$ 624, como perda possível de R\$ 2.080 e remota de R\$ 52.024. Processo distribuído em 14 de julho de 2008. Ação com estimativa provável, possível e remota com impacto financeiro. Crédito sujeito à Recuperação Judicial.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 623.891; R\$ 2.079.638 e R\$ 52.024.439

Ação Anulatória – Lupatech S.A	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação Anulatória do Estado do Rio Grande do Sul que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS, em razão da empresa não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à sua incidência. Processo distribuído em 28 de abril de 2017, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 77.934.000

4.6 Processos sigilosos relevantes

Execução Fiscal – Lupatech S.A	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Execução Fiscal da Fazenda do Estado de São Paulo, distribuída em 13 de julho de 2012, referente à cobrança de créditos de ICMS. Processo sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 16.902.257

Ação Anulatória - Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010. Processo distribuído em 15 de abril de 2020, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 6.525.424.

Manifestação de Inconformidade - Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Manifestação de inconformidade apresentada para ver reconhecido o saldo negativo de IRPJ. Processo distribuído em 30 de maio de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 8.803.558

Execução Fiscal – Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Execução Fiscal da Fazenda Nacional, referente à cobrança de débito de IRRF. A discussão de mérito é travada nos autos de Mandado de Segurança, no qual foi proferida sentença reconhecendo que parcela substancial dos créditos tributários decorrentes de processo administrativo é improcedente. Processo distribuído em 21 de janeiro de 2016, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 59.183.770

Auto de Infração - Lupatech S/A	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração da Receita Federal do Brasil referente a créditos de IRRF, lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório. Processo distribuído em 23 de julho de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 5.709.882

4.6 Processos sigilosos relevantes

Auto de Infração – UPC Perfuração e Completação Ltda.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processos sujeitos a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 15.873.362

Auto de Infração - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro no ano calendário 2010. Processo distribuído em 10 de novembro de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 15.660.915

Auto de Infração - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em razão de supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício de 2013. Processo distribuído em 06 de outubro de 2016, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 13.250.237.

Execução Fiscal - Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Execução fiscal ajuizada para cobrança dos tributos incidentes em importações declaradas. Processo distribuído em 31 de agosto de 2021, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 7.024.480

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes da Companhia e nem de suas controladas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 26 de outubro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

Riscos de Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura, clientes e fornecedores da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos.

Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

A política de gerenciamento de riscos implementada pela Companhia tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da adoção das seguintes ações: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vi) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo *The Institute of Internal Auditors- IIA*

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política; Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa; e Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

2ª Linha de Defesa: é composta pelos Assessores Legais, colaboradores e Comitês que exercem funções de compliance e assessoramento ao Conselho de Administração, e pelas demais áreas internas de suporte à 1ª Linha de Defesa. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política; Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco; Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos; Monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa; Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação; Reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades; Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, (“Auditoria Interna”) da Companhia, responsável por: Atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos; Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos; e Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria (“Comitê de Auditoria”) os resultados das análises independentes e dos testes de efetividade indicados no item (si) acima.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As responsabilidades se distribuem pela estrutura organizacional da Companhia da seguinte forma:

Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar e avaliar periodicamente a adequação da presente Política; (si) supervisionar, em conjunto com o Comitê de Auditoria, a estrutura de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente sua eficácia; (ii) assegurar os recursos humanos e financeiros necessários à condução das atividades de gerenciamento de risco; e (iii) aprovar o nível de exposição a risco da Companhia na condução de seus negócios.

Diretoria: responsável por (i) estabelecer as diretrizes estratégicas de apetite ao risco, a serem aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) estabelecer e coordenar a estrutura de gestão de riscos da Companhia; e (si) avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (complanei) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Assessores Legais e colaboradores com funções de compliance: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Comitê de Ética: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Canal de Denúncias: Atua de forma independente e objetiva, e reporta-se ao Comitê de Ética.

Líderes e demais colaboradores: Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui normas, procedimentos e políticas, que buscam garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis. Buscamos garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas; (vii) Página na internet para investidores; e (viii) relacionamento com analistas e investidores.

A Companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios e normas contábeis aplicados. Contudo é importante lembrar, que controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações e, mesmo os sistemas avaliados como eficazes, podem não detectar informações incorretas.

Existe a necessidade de implementação de melhorias nos procedimentos de controles internos, que não tem sido realizadas devido a longa crise financeira atravessada pela Companhia com as inerentes restrições de recursos financeiros e humanos. Entre as áreas onde há espaço para melhora encontram-se diversas melhorias sistêmicas, em especial com a eliminação de rotinas manuais, processos mais estritos e suportados por sistema para segregação de funções com possível conflito de interesse, implementação de procedimentos regulares de testes sobre a execução dos controles internos, atualização do mapeamento os processos e do correspondente catálogo de controles.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada equipe é responsável por atender as normas e boas práticas em relação aos seus processos e controles.

A área contábil da Companhia é responsável pela revisão das transações, consolidação das informações e adoção das normas contábeis aplicáveis. Assim como, pela elaboração das Demonstrações Financeiras, atendimento a auditoria externa e redação das notas explicativas.

As demonstrações financeiras são submetidas a revisões do Diretor de Relações com Investidores e do Comitê de Auditoria para a emissão do parecer e para a aprovação do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessários. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Anualmente os auditores independentes revisam os controles internos e qualquer observação ou recomendação recebida é submetida à análise dos gestores e direção. De forma independente a Companhia, a auditoria externa contratada também possui o papel de verificar a eficiência dos controles internos e

5.2 Descrição dos controles internos

processos que refletem nas demonstrações financeiras. Os testes de eficiência dos controles internos estão atualmente restritos aos testes realizados pela auditoria.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Abaixo apresentamos o ponto de recomendação da auditoria com Impacto Contábil Significativo.

Ausência de acompanhamento de *covenants* financeiros

Situação atual: Identificamos *covenants* financeiros nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes da Companhia. Apesar da Companhia alegar ter conhecimento da cláusula de vencimento antecipado, constatamos que não estão sendo realizado o acompanhamento de forma eficiente.

Riscos envolvidos: Risco de exigir o pagamento integral da dívida antes do prazo estabelecido, com isso, a Companhia pode ficar em inadimplência com os seus credores.

Recomendação: Recomendamos que a Companhia estabeleça um cronograma regular para revisar os *covenants* presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com isso, o departamento financeiro deve monitorar regularmente os indicadores financeiros relevantes, como a relação dívida/EBITDA, a liquidez e a margem operacional.

Comentários da administração: Importante mencionar que o fato ocorreu a partir de um caso isolado de um contrato de Cédula de Crédito Bancário, e assim que identificado o não atendimento ao *covenant* financeiro, a Companhia solicitou *waiver*, o qual foi recebido em 20/03/2024. Fato este, mencionado nas notas explicativas divulgadas às Demonstrações Financeiras de 2023.

A fim de evitar falhas de verificação em contratos financeiros, a Companhia adotou como procedimento um *check list* de verificação em todos os contratos. Este trabalho de conferência é feito pelo departamento financeiro em conjunto com os assessores jurídicos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia busca implementar e aprimorar os controles internos dos seus processos. As observações identificadas pela auditoria independente são revisadas e adequadas, sempre que necessário. Exceto quando depende de investimentos para o qual a Companhia avalia o custo/benefício, visto que estamos numa reestruturação financeira.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
 - i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, normas de conduta, e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei. Nosso Código de Relacionamento com Fornecedor, tem como objetivo alinhar as práticas da Lupatech, junto aos fornecedores e prestadores de serviço a serem observadas, garantindo integridade, transparência e conformidade nas relações da Empresa.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
 - Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
 - Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
 - Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
 - Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros
- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa. O Comitê de Conduta Ética da Lupatech dissemina, promove o cumprimento do Código de Conduta, analisa suas violações com total imparcialidade, averiguando soluções e medidas disciplinares de acordo com a gravidade. As responsabilidades do Comitê estão descritas em seu regimento interno e foram aprovadas pela Alta direção e Conselho de administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

É de responsabilidade de todas as pessoas envolvidas com os negócios da Companhia, conhecer o código de conduta, as normas legais e restrições aplicáveis as funções que exercem e atividades que praticam. Mais do que um material de consulta, é uma ferramenta que mostra a melhor forma de atuação e deve ser utilizado como um guia prático de conduta pessoal e profissional.

A Lupatech está comprometida com a atuação ética, transparente e de confiança. Por este motivo, acreditamos que todos os terceiros com que nos relacionamos devem demonstrar os mesmos padrões de conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2023. O endereço para consulta é <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente os canais de denúncia são administrados internamente

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <https://ri.lupatech.com.br/pt/canal-de-denuncias>

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade. Todas as informações recebidas serão tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas aos Canais de Denúncias são encaminhadas à Gestão de Compliance e são tratadas em conjunto com a Alta direção e o Comitê de Conduta Ética da Lupatech, que são responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não houve nenhuma ocorrência

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois conforme citado acima, existem políticas e procedimentos vigentes.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações nos principais riscos de mercado ou de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARARA AZUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES RESPONSABILIDADE LIMITADA						
55.486.068/0001-14	Brasil	Não	Não	02/08/2024		
Não						
5.908.205	14,024	0	0,000	5.908.205	14,024	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
36.220.514	85,976	0	0,000	36.220.514	85,976	
TOTAL						
42.128.719	100,000	0	0,000	42.128.719	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	02/08/2024
Quantidade acionistas pessoa física	10.679
Quantidade acionistas pessoa jurídica	87
Quantidade investidores institucionais	26

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	34.446.161	81,764%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	34.446.161	81,764%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

O capital é difuso, não havendo controladores. Os acionistas com participação superior a 5% do capital social em 02 de agosto de 2024 são: Arara Azul Fundo de Investimento em Ações Responsabilidade Limitada 14,024%. Os demais acionistas têm participação menor que 5% totalizando 85,976%.

- b. principais controladas e coligadas do emissor

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)
Participações diretas	
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - (Brasil)	100,00
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	5,00
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	100,00
Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	100,00
Participações indiretas	
Recu S.A. - (Argentina)	5,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	95,00
UPC Perfuração e Completação Ltda. - (Brasil)	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	100,00
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	100,00

- c. participações do emissor em sociedades do grupo

Denominação Social	Sociedade	Participação na data deste Formulário de Referência
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.	Controlada Direta	100,00%
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.	Controlada Direta	100,00%
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A.	Controlada Direta e Indireta	100,00%
Recu S.A	Controlada Direta e Indireta	100,00%
Lupatech Finance Limited	Controlada Direta	100,00%
Lochness Participações S.A.	Controlada Direta	100,00%
Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda	Controlada Direta	100,00%
UPC Perfuração e Completação Ltda	Controlada Indireta	100,00%
Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S.A.	Controlada Indireta	100,00%
Prest Perfurações Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A	Controlada Indireta	100,00%

- d. participações de sociedades do grupo no emissor

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Não existem participações de sociedades do grupo da Companhia.

e. Principais sociedades sob controle comum

Não existem sociedades sob controle comum.

6.6 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante a ser prestada, além daquelas já descritas nesta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês, Diretoria e Conselho Fiscal deverá observar o disposto nos documentos da Companhia, legislação e regulamentação mencionados, sem prejuízo de novas atualizações de regras e disposições, atuando sempre na proteção do interesse dos acionistas e do mercado em geral. Devendo obedecer: a. o Estatuto Social da Companhia; b. a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); c. Normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre o assunto; d. o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”).

O processo de indicação deverá sempre garantir que os órgãos colegiados da Companhia sejam compostos por profissionais altamente qualificados e comprometidos com a missão, visão e valores da Companhia, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação considerará, ainda, a diversidade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Lupatech, seus acionistas e a sociedade, se beneficiem da pluralidade de perspectivas e visões e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e representação.

São inelegíveis para os cargos de administração, conselhos e comitês da Companhia as pessoas impedidas por lei ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por 4 crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos

A Política de Indicação da Companhia pode ser consultada no seguinte *link*: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
 - i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A avaliação ocorre de forma anual, e abrange cada órgão da Companhia, individual e coletivamente.

- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação do Conselho enquanto Órgão Colegiado é realizada partir de questionários e entrevistas individuais com Administradores e membros de Comitês subordinados ao Conselho de Administração. Quanto a avaliação individual, cada conselheiro recebeu apenas a sua avaliação final, atribuída pelos demais integrantes em caráter de estrita confidencialidade, de forma a assegurar a efetividade da pesquisa.

A metodologia utilizada leva em consideração fatores como: experiência, diversidade de competências, estilos de liderança e de comunicação entre os conselheiros, estruturação, agenda, número de reuniões, dispêndio de tempo para temas tratados nas reuniões, fluxo de informações e ferramentas utilizadas, qualidade das discussões e forma de tomadas de decisões.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A avaliação, portanto, possibilita a identificação das fortalezas do Órgão, dos pontos para melhoria, bem como das ações a serem implementadas, de modo a, dentre outras providências, fornecer feedbacks e submeter os nomes dos candidatos para possível processo de reeleição.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados de acordo com as Políticas, Regimentos, Normas da Companhia e nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração.

A Companhia e a Lei das Sociedades por Ações proíbe seus Conselheiros e Diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo Estatuto Social ou concedida através de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais Conselheiros.

d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Informações prestadas na sessão 7.1 (d).

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O processo de indicação e contratação de profissionais da Companhia é pautado em critérios profissionais ao passo que privilegia a diversidade e a igualdade de oportunidades em todos os órgãos da administração, não havendo qualquer discriminação de cor, raça, etnia, religião, gênero, condição física, necessidade especial ou orientação sexual, podendo tais informações serem recebidas unicamente se voluntariadas e de forma autodeclaratória.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Companhia está dedicada ao desenvolvimento de suas atividades, mantendo elevados padrões de governança e transparência, administrando as operações de modo a evitar, mitigar e gerenciar impactos e riscos aos quais esteja exposta. A impossibilidade prática de mitigar riscos identificados, por quaisquer razões, não exime o seu monitoramento, devendo ser dada ciência da situação ao Conselho de Administração e à Diretoria.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados frente a cada um deles, serão discutidas em reuniões, no mínimo, semestrais, entre a Auditoria Interna, Conselho de Administração e demais pessoas de interesse da Companhia ("Reuniões"). Após referidas reuniões, o Conselho de Administração será responsável por definir as ações a serem tomadas para cada um dos riscos levantados e a Diretoria será responsável por implementá-las.

O Conselho de Administração ou a Diretoria também poderá convocar Reuniões extraordinárias caso se identifique um novo risco não anteriormente mapeado ou uma alteração significativa na exposição de um risco existente

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 7	1	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria.

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os trabalhos e relatórios da auditoria independente são reportados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Auditoria, havendo acompanhamento mensal e avaliação trimestral.

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O canal eletrônico ri@lupatech.com.br é o canal por meio do qual questões críticas podem chegar ao Conselho de Administração, sendo o Presidente do Conselho um dos membros da Companhia que recebem mensagens diretamente pelo canal mencionado.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome Carlos Mario Calad Serrano **CPF:** 060.144.487-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/09/1959

Experiência Profissional: Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	07/12/2016

Nome CELSO FERNANDO LUCCHESI **CPF:** 117.047.300-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Geólogo **Data de Nascimento:** 27/05/1950

Experiência Profissional: Graduado em Geologia pela UFRGS em 1972, desenvolveu-se em gestão empresarial através de cursos na Fundação Dom Cabral (PGA), Insead e Wharton School. Ingressou na Petrobras em 1973, onde foi Superintendente Executivo de E&P, Diretor Gerente e membro do Comitê de Negócios, e responsável pelas atividades de Estratégia Corporativa e Desempenho Empresarial entre 2003 e 2011, incluindo planejamento estratégico, elaboração dos planos de negócios, orçamento, desempenho e análise de projetos de investimentos. Atuou como Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia desde 2013 a 2012 e foi membro do Conselho de Administração da Petroquímica Paulínia (PPSA) de 2005 a 2008 e Consultor Sênior da Schlumberger Business Consulting (SBC) de 2013 a 2015.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	17/10/2014

Nome João Marcos Cavichioli Feiteiro **CPF:** 366.144.858-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 17/12/1986

Experiência Profissional: Advogado graduado pela PUC/SP, com LL.M em Direito Societário pelo INSPER. Membro do TMA - Turnaround Management Association e da ICC - International Chamber of Commerce. Atuou como executivo jurídico em companhias de grande porte do setor de petróleo e gás, acumulando relevante experiência em gestão legal estratégica, reestruturação de empresas e renegociação de passivos. Atualmente presta consultoria jurídica estratégica a seus clientes por meio do Feiteiro & Araujo Advogados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Presidente do Conselho de Administração		18/05/2023	Não	14/05/2018

Nome Marco Antônio Miola **CPF:** 552.985.240-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/11/1971

Experiência Profissional: Graduação em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior de America - IESA e MBA em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atua na Companhia à 30 anos e assumiu gradativamente outras posições, incluindo gestão de equipes e uma experiência internacional, sendo Supervisor de PCS e Administração de Materias em uma unidade fabril que o Grupo Lupatech possuía na Argentina. Até novembro de 2013, atuou como Gerente Regional de Supply Chain. De dezembro de 2013 até março de 2023 atuou na Função de Gerente de Planta / Plant Manager, respondendo diretamente ao Diretor de Operações das unidades localizadas nas cidades de Nova Odessa SP e Veranópolis RS, posteriormente ocupou o cargo de Diretor Industrial. Dentre as principais funções, é responsável em dirigir as áreas industriais: fabricação, qualidade, suprimentos, planejamento da produção, recursos humanos e SSMA. Em maio de 2023, foi indicado ao cargo de Diretor sem designação específica, com mandato que iniciou em 30/06/2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/05/2024	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	17/05/2024	Não	30/06/2023

Nome Rafael Gorenstein **CPF:** 109.628.718-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/11/1970

Experiência Profissional: Graduação em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA, Mestrado em Engenharia Elétrica/Pesquisa Operacional pela PUC-RJ e MBA pelo Imperial College, Londres. Atuou como executivo financeiro em Banco de investimento e em várias empresas de grande porte dos setores imobiliário, têxtil, de bebidas e de telecomunicações. Acumula relevante experiência como consultor em reestruturação. Atuou desde janeiro de 2015 até abril de 2017 como consultor financeiro da Companhia, apoiando na formulação da estratégia de reestruturação do passivo e na construção de seu plano de recuperação. Entre o período de Abril de 2017 à Dezembro de 2021, ocupou o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores na Lupatech S.A. Ocupou o cargo de Diretor Presidente até 21/03/2022. Conforme RCA 004/2022, em 22/03/2022 ocorreu a recondução ao cargo anteriormente ocupado por ele, de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Rafael Gorenstein ocupa o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	17/05/2024	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		17/05/2024	Não	27/04/2017

Nome Simone Anhaia Melo **CPF:** 449.983.170-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bióloga **Data de Nascimento:** 04/11/1965

Experiência Profissional: Graduada em Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988, pós-graduada em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e cursos nível doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tais como Direito Ambiental e Política Ambiental. Realizou, ainda, Curso de Regulação (PRO-REG) pela London School of Economics em 2010 e Curso de Análise de Impacto Regulatório OCDe (PRO-REG/Programa de Treinamento Banco Mundial) em 2013. Exerceu ainda os seguintes cargos (i) Gerente e Pesquisadora no Laboratório de Gestão Ambiental da Embrapa entre 1995 e 2002; (ii) Gerente Ambiental da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 2002 e 2007; (iii) Assessora Sênior da ANP entre 2007 e 2013. Atualmente, atua como consultora no setor de Óleo, Gás e Biocombustíveis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	07/12/2016

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carlos Mario Calad Serrano **CPF:** 060.144.487-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/09/1959

Experiência Profissional: Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/05/2024	23052025 (1 ano)			23/05/2024	Não	26/10/2022

Nome: CELSO FERNANDO LUCCHESI **CPF:** 117.047.300-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Geólogo **Data de Nascimento:** 27/05/1950

Experiência Profissional:

Graduado em Geologia pela UFRGS em 1972, desenvolveu-se em gestão empresarial através de cursos na Fundação Dom Cabral (PGA), Insead e Wharton School. Ingressou na Petrobras em 1973, onde foi Superintendente Executivo de E&P, Diretor Gerente e membro do Comitê de Negócios, e responsável pelas atividades de Estratégia Corporativa e Desempenho Empresarial entre 2003 e 2011, incluindo planejamento estratégico, elaboração dos planos de negócios, orçamento, desempenho e análise de projetos de investimentos. Atuou como Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia desde 2013 a 2012 e foi membro do Conselho de Administração da Petroquímica Paulínia (PPSA) de 2005 a 2008 e Consultor Sênior da Schlumberger Business Consulting (SBC) de 2013 a 2015.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/05/2024	23/05/2025 (1 ano)			23/05/2024	Não	22/03/2023

Nome: Paulo Pinese **CPF:** 921.449.938-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 26/02/1957

Experiência Profissional:

Administrador de Empresas pela Escola Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo e Contador graduado pela -PUC-Campinas. Auditor Externo, e Consultor Contábil e Tributário, por 42 anos. Durante sua carreira profissional foi Sócio Auditor e Consultor, das renomadas empresas Arthur Andersen Worldwide Organization, desde 1989, até 2002 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S.C., entre Junho de 2002 e Maio de 2019, quando se retirou, por aposentadoria compulsória. Desde 2019 é Membro e Presidente do Audit Committee da FEAC e Membro do Conselho Consultivo da Unimetal Industria Ltda. Também é Perito Contador, desde 2019, atuando como Assistente Técnico indicado por escritórios de advocacia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	23/05/2024	23/05/2025 (1 ano)			23/05/2024	Não	26/10/2022

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco relacionados a administradores, controladas e controladores da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação, apenas prestação de serviço do Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro que presta serviços advocatícios à Companhia por meio do Feiteiro & Araujo Advogados, do qual é sócio.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

Ademais, é princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade “Compreensivo Empresarial”. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, bem como dos administradores da Companhia. No segmento de petróleo possui cobertura sobre transporte nacional e riscos em equipamentos de petróleo.

Em milhares de R\$ e milhares de US\$:

<u>Finalidade de seguro</u>	<u>Importância segurada</u>	
	<u>31/12/2023</u>	
- Seguro compreensivo empresarial	R\$	87.125
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$	6.023
- Seguro de frota internacional (*)	US\$	350

(*) Valor em US\$ mil.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossas práticas de remuneração objetivam atrair e reter profissionais de alta performance com as competências e valores requeridos por nós, e motivá-los para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos nossos resultados, em níveis competitivos aos de mercado.

A nossa filosofia de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- Interesses dos nossos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo;
- Metas e estratégias dos nossos negócios;
- Melhores práticas de mercado;
- Nossa visão, missão e valores.

Nossa política é desenhada para atrair e reter executivos capacitados, com experiência e conhecimento compatíveis com o requerido pelo cargo e com o contexto da Companhia, incentivando a atingir resultados, criando valor sustentável e de longo prazo.

As práticas retributivas devem observar os princípios do Código de Conduta da e do Programa de Integridade da Lupatech respeitando a diversidade, sem nenhum tipo de discriminação.

A Política de Remuneração da Companhia foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião datada de 26 de outubro de 2022 e pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
 - ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
 - iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O montante de remuneração global do conselho de administração e da diretoria são submetidos a aprovação da Assembleia geral, conforme definido no estatuto Social da Lupatech. A periodicidade de revisão da política ocorre, no mínimo, anualmente, ou, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral. Conforme a Política de Remuneração da Lupatech, as práticas retributivas devem oferecer padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia. Ainda nesse contexto, a definição da remuneração deve ser balizada em pesquisas de mercado e atendimento a legislação

8.1 Política ou prática de remuneração

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração da Diretoria

A remuneração global da Diretoria Estatutária poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa e benefícios; (ii) remuneração variável; (iii) incentivos de longo prazo.

- Remuneração Fixa e benefícios: Composta por honorários (pró-labore) e benefícios. Tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista por reconhecimento meritocrático, por ajustes de responsabilidades do cargo, a critério do Conselho de Administração, de forma a assegurar a competitividade da remuneração. Além da remuneração, os membros da Diretoria fazem jus a um pacote de benefícios, compatível com suas funções, respeitados parâmetros de mercado e regiões de atuação, os itens comumente abrangidos incluem: plano de saúde, vale refeição, seguro de vida, entre outros.
- Remuneração variável: composta pela remuneração variável anual, paga na forma de premiações, gratificações ou PLR. Tem como objetivo remunerar o executivo conforme o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos. O propósito é direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos, visando atender aos interesses dos acionistas e demais stakeholders da Companhia. Deverá ser revisada anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia. Este tipo de remuneração é de natureza extraordinária e variável, existindo sempre a possibilidade que nenhum montante seja recebido se os requisitos para o seu recebimento não forem preenchidos. Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração em contrapartida ao atingimento de objetivos definidos antecipadamente, mas poderão também receber valores definidos por liberalidade pela Companhia, conforme critérios aprovados pelo Conselho de Administração. A remuneração variável também poderá, a critério do Conselho de Administração e respeitados os limites definidos pela Assembleia Geral, seguir mecânicas de mercado como bônus de contratação, de retenção, de projeto ou “páraquedas”, em caso de rescisão.
- Incentivos de longo prazo: Por meio da implementação de planos de outorga de opções de compra ações, a Companhia visa gerar incentivos de longo prazo, bem como, alinhar os seus interesses e os interesses dos Diretores. Neste componente, o Diretor pode adquirir ações usando recursos próprios, desde que observadas as condições do programa.

Qualquer incentivo baseado em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou outro mecanismo, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os planos de incentivo de longo prazo envolvendo a aquisição de ações que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regimentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração do Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração atribuir os honorários de cada um de seus membros, bem como estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração, desde que respeitados os limites previamente estabelecidos em Assembleia Geral.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será composta pelos seguintes elementos: Remuneração Fixa: É composta pelo pró-labore mensal fixo que deverá ser equivalente para todos os membros, observada a possibilidade de remuneração adicional de outras responsabilidades específicas tais quais as participações em comitês, também sendo admitida uma remuneração fixa superior para o Presidente do Conselho de Administração.

Os Conselheiros não fazem jus a remuneração variável e ao pacote de benefícios em razão do exercício de seus respectivos cargos. Os Conselheiros poderão renunciar a sua remuneração mediante comunicação ao Conselho de Administração. A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A Política de Remuneração da Companhia visa assegurar que a estrutura seja compatível com as responsabilidades, complexidade e riscos inerentes aos cargos, diferencie o desempenho permitindo o reconhecimento e a valorização da performance individual, a fim de atrair e reter os melhores profissionais alinhados com as estratégias de negócios da Companhia e aos interesses de curto, médio e longo prazo.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	100%	73,71%	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	9,63%	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	N/A	12,42%	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3,23%	N/A
Total	100%	100%	N/A

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	63%	72,29%	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	27,71%	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	37%	N/A	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3,61%	N/A
Total	100%	100%	N/A

8.1 Política ou prática de remuneração

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	71%	42,73	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	36,23	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	29%	17,07	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3,97	N/A
Total	100%	100%	N/A

Nota:

- (a) – Considerado os valores anuais para a Diretoria;
- (b) – Remuneração fixa, incluindo encargos sociais;
- (c) – Remuneração variável é condicionada a retenção da Administração e ao atingimento de certos patamares de rentabilidade para que sejam pagos aos Diretores Estatutários;
- (d) – Remuneração baseada em ações – os Diretores Estatutários, conselheiros, bem como outros colaboradores da Companhia, são elegíveis ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. Os cálculos apresentados são baseados na diferença entre o valor de mercado das ações e o preço de exercício das opções detidas. Em que pese o título da sessão, que segue o padrão orientado pela CVM, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que refletem uma combinação das seguintes características:

- Porte similar ao das nossas unidades, em termos de faturamento;
- Setor de atuação;
- Filosofias de remuneração consistentes e similares;
- Nossa Política de Remuneração.

A Remuneração Fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e reajustados ou renegociados anualmente conforme mercado, desempenho individual e outros fatores, tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

Os benefícios oferecidos seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios: Plano de saúde e Seguro de vida.

A Remuneração Variável concedida aos diretores estatutários compreende premiações tanto por liberalidade da empresa em razão de desempenho superior, como pelo atingimento de objetivos balizados por indicadores de desempenho financeiro e operacional, liquidez, geração de caixa ou vinculados ao processo de reestruturação do grupo. Ressalvadas disposições contratuais, a Companhia não está obrigada a esta forma de remuneração, a qual é anualmente deliberada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária, em forma e critérios que visem estimular e reter os seus profissionais.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

8.1 Política ou prática de remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos e desempenhos individuais, em níveis competitivos com os de mercado. A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e no desempenho individual.

A remuneração variável da Diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio e de reestruturação, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo.

Os principais indicadores financeiros usados na remuneração variável anual são baseados em EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), na obtenção de recursos financeiros para o soerguimento da companhia, no cumprimento do plano de recuperação judicial, entre outros.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O posicionamento desejado da competitividade da remuneração total está descrito na nossa Política de Remuneração. Os objetivos desta composição são:

- Competitividade com a prática de mercado, que permite atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
- Gestão do processo crítico do Plano de reestruturação do capital e da dívida;
- Retenção de executivos para a gestão do processo de reestruturação da empresa em um momento crítico do segmento de óleo e gás;
- Condicionar uma parcela da remuneração ao desempenho da empresa;
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de risco moderados;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias ou controladas.

A Diretoria pode receber parte da remuneração prevista através de subsidiárias, visando equilibrar o dispêndio em proporção do tempo e atenção empenhados nas atividades do grupo.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Se aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, os membros da Diretoria podem ser eventualmente premiados por eventos societários que envolvam a recapitalização da companhia, com ou sem alteração de controle societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.172.490,00	2.655.264,00		3.827.754,00
Benefícios direto e indireto	0,00	431.038,08		431.038,08
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	187.598,40	424.842,14		612.440,54
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.442.555,58		2.442.555,58
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	390.808,99		390.808,99
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS	INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.360.088,40	6.344.508,79		7.704.597,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.088.000,00	1.907.385,80		2.995.385,80

Benefícios direto e indireto	0,00	185.505,00		185.505,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	50.702,50	89.386,16		140.088,66
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.459.662,00		1.459.662,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	233.535,92		233.535,92
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. (1) Os valores correspondentes à premiação do Diretor Presidente da Companhia, no âmbito de seu Plano de Incentivo de Longo Prazo, não estão incluídos na proposta de remuneração variável prevista pois já se encontram previamente aprovados. (2) Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade. Não é possível antecipar estimativas relativas a outorgas futuras ainda não dispostas pelo Conselho de Administração. No exercício de 2023, a companhia outorgou opções à Diretoria Estatutária e a membros do Conselho de Administração, que mensuradas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício indicavam um montante referencial de R\$ 1.266.792,80.		
Total da remuneração	1.138.702,50	3.875.474,88		5.014.177,38

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,33		7,33
Nº de membros remunerados	5,00	2,33		7,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	1.995.000,00		3.015.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	127.202,14		127.202,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	63.869,00	122.911,50		186.780,50
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.200.000,00		1.200.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	76.200,00		76.200,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

<p>Observação</p>	<p>O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.</p>	<p>O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.</p> <p>(1) Plano de Incentivo de Longo Prazo, estão incluídos na proposta de remuneração variável e devidamente aprovados pelo Conselho de administração.</p> <p>(2) Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade. No exercício de 2022, a companhia outorgou opções à Diretoria Estatutária e a membros do Conselho de Administração, que mensuradas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício indicavam um montante referencial de R\$ 190.400,00.</p>		
<p>Total da remuneração</p>	<p>1.083.869,00</p>	<p>3.521.313,64</p>		<p>4.605.182,64</p>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,08		7,08
Nº de membros remunerados	5,00	2,08		7,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	1.910.000,00		2.930.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	87.443,42		87.443,42
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	44.685,20	83.378,50		128.063,70
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	232.500,00		232.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	27.900,00		27.900,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. (1) Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.		
Total da remuneração	1.064.685,20	2.341.221,92		3.405.907,12

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,00		4,00
N° de membros remunerados		4,00		4,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2442555,58		2.442.555,58
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2442555,58		2.442.555,58
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,00		2,00
N° de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2013000,00		2.013.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2013000,00		2.013.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1459662,00		1.459.662,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,33		2,33
N° de membros remunerados		2,33		2,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1830000,00		1.830.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1830000,00		1.830.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1200000,00		1.200.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,08		2,08
N° de membros remunerados		2,08		2,08
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1680000,00		1.680.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1680000,00		1.680.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		232500,00		232.500,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Em que pese o título da sessão, que segue as orientações impostas pela CVM, nem os Planos de Opções, nem o Plano de Incentivo de Longo Prazo contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

b. data de aprovação e órgão responsável

Em 31 de dezembro de 2023 estavam vigentes (i) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano 2017”), sendo os termos e condições gerais aqueles constantes da minuta divulgada ao mercado em 16 de março de 2017 e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2017; (ii) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano 2020”), sendo seus termos e condições gerais aqueles constantes da minuta aprovada no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2020; e, (iii) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano 2023”), sendo seus termos e condições gerais aqueles constantes da minuta aprovada no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 18 de maio de 2023.

Cumprir mencionar que os Plano 2017 e 2020, apesar de vigentes, já tiveram a integralidade das suas opções outorgadas, faltando tão somente o seu exercício pelos beneficiários e/ou o decorrer do prazo de exercício para o seu encerramento.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano 2017:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

Em 25 de junho de 2020, foram outorgadas as últimas opções disponíveis no âmbito do Plano 2017. Dessa forma, o Plano de 2017 permanece vigente até 24 de junho de 2024 para o exercício das opções. Parte das outorgas tem o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia.

Em 30 de abril de 2021, as opções outorgadas no âmbito do Plano de 2017 têm o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia foi ajustada para refletir o potencial aumento de capital por meio dos Eventos Societários, os quais suscitarão o aperfeiçoamento das condições suspensivas das opções outorgadas no âmbito do Plano 2017, passando a ser exercíveis até 723.983 (setecentas e vinte e três mil, novecentas e oitenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 10% (dez por cento) dos Eventos Societários não aperfeiçoados, incluindo as próprias ações relativas ao exercício das opções, conforme artigo 11 do Plano 2017.

Plano 2020:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2020 não excederá 2.550.000 (dois milhões) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2020 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

Máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

Plano 2023:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2020 não excederá 3.140.000 (três milhões e cento e quarenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2023 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

Máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item “c” acima. O número máximo de opções não excederá o correspondente ao número de ações estabelecidas nos Planos.

e. condições de aquisição de ações

Podem participar do Plano de Opção os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos para a Companhia e de suas sociedades controladas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos beneficiários do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, respeitados os parâmetros legais e os seguintes critérios:

Para o Plano 2017, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado no período de até 180 (cento e oitenta) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2020, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2023 o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção. Exceto se deliberado contrariamente pelo Conselho de Administração:

Plano 2017

- a obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á em parcelas constantes e anuais durante 5 (cinco) anos, ou seja, 20% (vinte por cento) ao final do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário, considerando o Conselho de Administração pode autorizar o direito aos primeiros 20% (vinte por cento) no momento da outorga; e
- o beneficiário deverá exercer sua opção em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção.

Plano 2020

- As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.
- A Opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o prazo de exercício da Opção a ser determinado pelo Conselho de Administração de acordo com as diretrizes desse Plano Incentivado Baseado em Ações 2020. O Conselho de Administração poderá, também, determinar outras condicionantes, além do prazo, para o exercício das Opções.

Plano 2023

- As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.
- A Opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o prazo de exercício da Opção a ser determinado pelo Conselho de Administração de acordo com as diretrizes desse Plano Incentivado Baseado em Ações 2023. O Conselho de Administração poderá, também, determinar outras condicionantes, além do prazo, para o exercício das Opções.

h. forma de liquidação

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Conselho de Administração, em dinheiro ou com créditos de remuneração detidos contra a companhia, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese de o Conselho de Administração autorizar a integralização parcelada das ações.

i. restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos termos dos Planos não poderão ser alienadas, transferidas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, salvo se autorizado pelo Conselho de Administração.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Os Planos poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de acionistas da Companhia. O término da vigência dos Planos não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

k. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no Plano de Opção

Nenhuma disposição dos Planos confere direitos aos beneficiários relativos à garantia de permanência como nosso colaborador ou prestador de serviços ou de nossas subsidiárias ou interfere de qualquer modo com os nossos direitos e de nossas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o beneficiário.

Na eventualidade do beneficiário retirar-se da nossa Companhia:

- a) por sua única e exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao Conselho de Administração definir individualmente no Contrato de Opção as regras e disposições aplicáveis;
- b) por iniciativa da Companhia, com justa causa e/ou em decorrência de rescisão contratual motivada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, inclusive, a título de penalização, as que já estejam aptas para serem exercidas.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2021 – Não houve outorga

2022

a. órgão	Diretoria	Conselho de Administração
b. número total de membros	2	5
c. número de membros remunerados	-	4
d. data de outorga	12/08/2022	12/08/2022
e. quantidade de opções outorgadas	-	280.000
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Até 1 ano
g. prazo máximo para exercício das opções	-	30/11/2026
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data de outorga	-	R\$ 2,74
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 767.200,00

2023

a. órgão	Diretoria	Conselho de Administração
b. número total de membros	2	5
c. número de membros remunerados	2	4
d. data de outorga	09/06/2023	09/06/2023
e. quantidade de opções outorgadas	1.242.121	732.879
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 ano	Até 1 ano
g. prazo máximo para exercício das opções	09/06/2027 e 30/11/2026	09/06/2025
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data de outorga	R\$ 2,57	R\$ 2,57
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 3.192.250,97	R\$ 1.883.499,03

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2023, detinha, conforme previsto nos Planos 2017, 2020 e 2023, as seguintes quantidades:

Cargo	Nome	Plano 2017	Plano 2020	Plano 2023	Opções Outorgadas	Opções Exercidas	Opções aptas ao exercício	Opções ainda não aptas ao exercício (prazo)	Opções condicionadas
CEO	Rafael Gorenstein	2.659.676	860.000	1.117.121	4.636.797	2.270.310	794.701	1.270.252	301.534
COO	Marco Antonio Miola	-	80.000	125.000	205.000	-	-	205.000	-
Presidente do Conselho	João Marcos Cavichioli Feiteiro	243.071	731.250	204.629	1.178.950	116.551	430.352	591.841	40.206
Conselheiro	Simone Anhaia	-	60.000	60.000	120.000	60.000	60.000	-	-
Conselheiro	Celso Lucchesi	-	60.000	60.000	120.000	60.000	60.000	-	-
Conselheiro	Carlos Calad	-	60.000	60.000	120.000	60.000	60.000	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Em 2021 houve exercício da integralidade das opções outorgadas no âmbito do Plano 2019 e de parte das opções outorgadas no âmbito do Plano 2017 por parte dos Srs. Rafael Gorenstein e Paulo Prado da Silva, bem como de determinados colaboradores chave da Companhia, no âmbito do Plano 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 30 de abril de 2021, no valor total de R\$2.383.208,84 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), mediante a emissão de 1.793.063 (um milhão, setecentas e noventa e três mil e sessenta e três) novas ações.

Em 2022 houve exercício das opções de compra pelos Srs. Rafael Gorenstein, Paulo Prado da Silva e João Marcos Cavichioli Feiteiro, no âmbito dos Planos 2017 e 2020, tendo sido pago o valor total de R\$ 1.434.398,11 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e onze centavos), por meio de créditos detidos contra a Companhia, para aquisição de um total de 1.136.151 (um milhão, cento e trinta e seis mil, cento e cinquenta e uma) ações ordinárias da Companhia, subdivididas em: (a) 971.916 (novecentas e setenta e uma mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias para o Sr. Rafael Gorenstein; (b) 89.587 (oitenta e nove mil, quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias para o Sr. Paulo Prado da Silva e 74.648 (setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta e oito) ações ordinárias para o Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 28 de setembro de 2022.

Em 2023 houve exercício das opções de compra pelos Srs. Rafael Gorenstein, João Marcos Cavichioli Feiteiro, Simone Anhaia, Carlos Calad, Celso Lucchesi, no âmbito dos Planos 2017 e 2020, tendo sido pago o valor total de R\$ 1.312.598,66 (um milhão e trezentos e doze mil e quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos) por meio de créditos detidos contra a Companhia, para aquisição de um total de 698.641 (seiscentas e noventa e oito mil e seiscentas e quarenta e uma) ações ordinárias da Companhia, subdivididas em: (a) 476.738 (quatrocentas e setenta e seis mil e setecentas e trinta e oito) ações ordinárias para o Sr. Rafael Gorenstein; (b) 41.903 (quarenta e uma mil e novecentas e três) ações ordinárias para o Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 02 de março de 2023; (c) 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias para a Sr. Simone Anhaia; (d) 60.000 (sessenta mil) ações

8.8 Opções exercidas e ações entregues

ordinárias para o Sr. Carlos Calad; e, (e) 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias para o Sr. Celso Lucchesi, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 16 de junho de 2023.

2021

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	0	2
d. Número de ações	-	1.766.190
e. Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 1,31
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 1,64
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	582.842,70

2022

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	1	2
d. Número de ações	74.648	1.061.503
e. Preço médio ponderado de exercício	1,78	1,22
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2,22	1,86
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	32.845,12	679.361,92

2023

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	4	2
d. Número de ações	221.903	644.888
e. Preço médio ponderado de exercício	2,55	1,45
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	3,19	1,66
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	142.017,92	135.426,48

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações. Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

2021

Não houve – N/A

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
a. órgão		
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	4	0
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,616203%	-

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
a. órgão		
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	4	2
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	1,773%	3,005%

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Ademais, as informações das outorgas de opções estão indicadas nos itens 8.6 a 8.9.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	
Nº de ações	221.903	644.888	
Preço médio ponderado de aquisição	2,55	1,45	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	3,19	1,66	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-142.017,92	-135.426,48	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,33	
Nº de membros remunerados	1,00	2,00	
Nº de ações	74.648	1.061.503	
Preço médio ponderado de aquisição	1,78	1,22	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	2,22	1,86	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-32.845,12	-679.361,92	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,08	
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	
Nº de ações	0	1.766.190	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	1,31	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	1,64	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-582.842,70	
Esclarecimento	N/A		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

No momento da outorga de opções, o Conselho de Administração leva em conta as regras vigentes dos respectivos planos de outorga, e toma por base para precificação o preço vigente do ativo subjacente em bolsa de valores e o preço de exercício outorgado aos respectivos beneficiários, podendo ser usado o modelo de avaliação Black-Scholes para análises.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício é definido pelo Conselho de Administração e poderá ser atualizado a seu critério.

Volatilidade esperada

A volatilidade é mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

Prazo de vida da opção

Considera-se o prazo de duração a partir da data da outorga.

Dividendos esperados

A taxa de distribuição dos dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado determinado na data da precificação da opção.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão no Plano de Opção o exercício antecipado das opções.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

8.12 Precificação das ações/opções

É mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Na data-base de 02 de janeiro de 2023, referenciando ao fechamento do pregão de 29 de dezembro de 2023, os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possuíam a seguintes posições:

Cargo	Nome	Ações (qtd.)	Partic. (%)
Diretor	Marco Antonio Miola	14.337	0,03
Membro Independente do C.A.	Carlos Mario Calad Serrano	258.215	0,62
Membro Independente do C.A.	Celso Fernando Lucchesi	60.000	0,14
Membro Independente do C.A.	Simone Anhaia Melo	60.000	0,14
Membro Efetivo do C.A.	João Marcos Cavichioli Feiteiro	811.380	1,97

Os demais membros do nosso Conselho de Administração, não possuem ações ou cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas por sociedades controladas ou sob controle comum. O Sr. Rafael Gorenstein informa que são detidas por pessoa a ele vinculada, a participações de 5.908.205 ações da Companhia.

As opções outorgadas encontram-se detalhadas no item 8.7.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não concedemos ao Conselho de Administração e à nossa Diretoria Estatutária plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,00	2,33	2,08	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,33	2,08	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.600.000,00	2.400.000,00	1.350.000,00	320.000,00	300.000,00	300.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	627.376,00	660.000,00	742.500,00	192.000,00	180.000,00	180.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.788.681,00	1.509.134,00	1.123.787,00	227.741,00	216.774,00	212.937,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que até o mês de fevereiro haviam 03 Diretores e nos demais meses apenas 2 Diretores. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	
31/12/2021	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que no mês de dezembro haviam 3 Diretores e nos demais meses apenas 2 Diretores. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	<p>O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão.</p> <p>O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.</p>	
31/12/2022	<p>O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão.</p> <p>O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.</p>	
31/12/2021	<p>O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão.</p> <p>O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.</p>	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não houve arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há acionista controlador e, portanto, o item não é aplicável.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do nosso Conselho de Administração, Diretoria e/ou Comitês não receberam qualquer remuneração além daquela inerente à função que ocupam na nossa Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria Estatutária não receberam qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas.

8.20 Outras informações relevantes

Entendemos que prestamos todas as informações relevantes e cabíveis nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2022	01/01/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras, incluindo revisões trimestrais (ITRs), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (controladora e consolidado) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB (consolidado), da Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas. Emissão de Relatórios de Recomendações.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Para o exercício de 2023: R\$ 314.399,64 (sem impostos) para os serviços objeto da contratação.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, visto que o único objeto contratado é de Auditoria das demonstrações financeiras, revisões trimestrais (ITRs) e Emissão de Relatórios de Recomendações.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	9	24	0	0	0
Não-liderança	98	290	0	0	0
TOTAL = 421	107	314	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': N/A

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	33
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	388
TOTAL = 421	0	0	0	0	0	0	421

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	27	6
Não-liderança	65	240	83
TOTAL = 421	65	267	89

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	11	22	0
Não-liderança	0	0	0	117	270	1
TOTAL = 421	0	0	0	128	292	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	20	108	0	0	0
Sul	86	206	0	0	0
Exterior	1	0	0	0	0
TOTAL = 421	107	314	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': N/A

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	128
Sul	0	0	0	0	0	0	292
Exterior	0	0	0	0	0	0	1

TOTAL = 421	0	0	0	0	0	0	0	421
-------------	---	---	---	---	---	---	---	-----

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	19	68	41
Sul	46	198	48
Exterior	0	1	0
TOTAL = 421	65	267	89

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Exercício social encerrado em 2021	Exercício social encerrado em 2022	Exercício social encerrado em 2023
Colaboradores terceirizados	14	15	17
Áreas de Atuação			
Administrativo	8	8	6
Operacional	6	7	11
Distribuição Geográfica			
Região Sul	7	7	9
Região Sudeste	7	8	8

- c. índice de rotatividade

	Exercício social encerrado em 2021	Exercício social encerrado em 2022	Exercício social encerrado em 2023
Rotatividade	23%	33%	39%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não há outros indicadores que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Consideramos nossa política de Recursos Humanos como parte integrante de nossa estratégia empresarial para auxiliar o nosso crescimento de forma organizada, através da clarificação da estrutura de cargos, papéis e responsabilidades.

Por meio da política, visamos oferecer um sistema de remuneração que fortaleça nossa capacidade de atração, reconhecimento e retenção, reconhecendo a performance, bons resultados e contribuições diferenciadas.

A remuneração é composta por duas partes:

- Fixa – salário mensal, consistente com as melhores práticas do mercado;
- Variável – recompensa a realização de resultados de curto e longo prazo.

b. política de benefícios

Estabelecemos critérios claros e transparentes para a concessão de benefícios, oferecemos um pacote com o intuito de atrair e reter talentos, aumentar o engajamento e a qualidade de vida dos colaboradores.

De forma geral, são oferecidos os seguintes benefícios: seguro de vida, vale refeição ou refeitório próprio, vale transporte, plano de saúde e odontológico.

Realizamos pesquisas de mercado para alinhar as melhores práticas, visando sempre oferecer aos nossos colaboradores condições para o bom desempenho de suas atividades profissionais, de forma competitiva.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2020

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2020 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado 2020 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção, b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, c) o prazo final para o exercício da Opção, d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento, e e) eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício – O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano- Até 2.550.000 (dois milhões e quinhentas e cinquenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2023

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2023 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção; b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, devendo ser respeitado o cumprimento de condições mínimas necessárias para o exercício do direito outorgado ou recebimento das opções (vesting), com período de carência de pelo menos 12 (doze) meses; c) o prazo final para o exercício da Opção; d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento; e e. eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício - O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo 10 (dez) pregões, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano - Até 3.140.000 (três milhões e cento e quarenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A Razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é 0,03%.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Gerenciamos as relações de trabalho, individuais ou coletivas, buscando construir bases para um relacionamento direto, confiável e duradouro, em atendimento a legislação aplicável.

Asseguramos também nosso direito inerente de administrar nossos recursos humanos em todas as regiões onde possuímos operações, sempre respeitando as negociações com as entidades sindicatos de forma clara e transparente. Por outro lado, reconhecemos o papel dos sindicatos como órgão representante dos nossos colaboradores e garantimos a liberdade de organização sindical.

É garantida aos colaboradores da Lupatech a liberdade de associação sindical. A companhia busca manter uma agenda de diálogo aberta com entidades de representação de seus colaboradores, que vai além das negociações coletivas e mudanças de legislação. Nos últimos três exercícios não houve ocorrências relacionadas a paralisações ou greves.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, que visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia, e suas controladas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política abrange, mas não se limita: (i) as diretrizes do Estatuto Social da Companhia; (ii) o “Código de Conduta” da Companhia (“Código de Conduta”); (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente).

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível no site da Lupatech RI

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3498_Politica-de-Transacoes-com-Partes-Relacionadas.pdf

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grupo Lochness	31/12/2023	2.698.972,30	2.698.972,30	2.698.972,30	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupatech Finance	28/12/2018	1.251.270,00	1.251.270,00	1.251.270,00	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Credores quirografários Classe II					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Credores quirografários Classe III					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupatech Finance Limited	31/12/2017	228.582.706,14	130.523.945,72	130.523.945,72	Indeterminado	0,400000
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Passiv					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas					
Rescisão ou extinção	Poderá ser extinto, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento; (ii) violação contratual; (iii) rejeição da nota; (iv) declaração falsa; (v) cross default; (vi) insolvência; (vii) reorganização societária sem assunção de obrigações; (viii) dissolução; (ix) caso o cumprimento de qualquer obrigação nos termos da nota se torne ilícito.					
Natureza e razão para a operação	Compensação de Créditos e Repactuação de juros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mipel Sul	31/12/2023	434.865,93	434.865,93	434.865,93	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Venda de produto					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber referente às vendas de produtos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
UNAP International Ltd.	12/12/2014	287.528,40	421.690,58	421.690,58	Indeterminado	12,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Ativ					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de capital de giro.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
UNAP International Ltd.	30/09/2014	19.820.066,50	9.320.607,93	9.320.607,93	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Ativ					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizados.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Plano de Recuperação Extrajudicial.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Transações com partes relacionadas

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Os acionistas, administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar aos assessores legais da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria que possa representar potenciais conflitos de interesses, devem reportá-lo imediatamente. Adicionalmente, devem abster-se de interferir de qualquer forma na operação, incluindo, mas não se limitando, a votar em tal deliberação.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do respectivo órgão que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

No caso de conflitos de interesses por ocasião da deliberação de operações que possam caracterizar transações com partes relacionadas, caberá ao presidente da mesa, seja da assembleia ou da reunião, decidir, no curso do próprio conclave, pelo impedimento do acionista/administrador em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à autoridade judicial ou arbitral competente.

Se qualquer transação com partes relacionadas não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos na Política antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao órgão competente de aprovação. Esse órgão deverá conduzir a análise conforme previsto na Política e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da relação com as Partes Relacionadas envolvidas.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação, bem como taxas de juros de mercado, quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta Seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
02/08/2024		1.922.338.179,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
42.128.719	0	42.128.719	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
02/08/2024		1.922.338.179,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
42.128.719	0	42.128.719	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
02/08/2024		1.922.338.179,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
42.128.719	0	42.128.719	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
12/04/2017		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
57.965.115	0	57.965.115	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipótese de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (3ª Emissão)
Data de emissão	24/03/2023
Data de vencimento	24/03/2025
Quantidade	43.900.000
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	<p>As Ações de emissão da Companhia subscritas em razão do exercício dos Bônus de Subscrição (“Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição”) somente poderão ser integralizadas em dinheiro ou com créditos, desde que extraconcursais ou listados nas Classes II, III e IV do Plano de Recuperação Judicial (“Créditos BS”), detidos contra a Emissora ou sociedades por ela controladas. As Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição serão ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Emissora.</p> <p>Os Debenturistas que desejarem exercer, total ou parcialmente, seus Bônus de Subscrição deverão fazê-lo mediante comunicação escrita à Emissora, na forma de notificação de exercício (“Notificação de Exercício”), a qual deverá ser remetida à Companhia segundo às instruções dela constantes.</p>
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	<p>Subscrição e integralização:</p> <p>Para cada Debênture da 4ª Emissão de Debêntures, serão entregues gratuitamente como vantagem adicional 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentos) bônus de subscrição, os quais conferirão a seus titulares o direito de subscrever e integralizar 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentas) ações, na proporção de 1 (uma) Ação para cada 1 (um) bônus exercido (“Bônus de Subscrição”), nos termos e condições da respectiva emissão dos Bônus de Subscrição, realizada em conjunto com a 4ª Emissão de Debêntures.</p> <p>O exercício dos Bônus de Subscrição é facultativo, sendo que perderão sua validade se não exercidos dentro do Prazo de Exercício, sem que seja devido ao titular qualquer compensação pela sua expiração.</p> <p>A titularidade do Bônus de Subscrição, por si só, não assegura ao seu detentor qualquer direito a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros proventos ou direitos políticos. Somente a partir do efetivo recebimento das Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição é que serão fruídos os mesmos direitos pertinentes às Ações da Companhia.</p> <p>A quantidade total será verificada no momento da homologação final da emissão.</p>
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	29/10/2018
Data de vencimento	28/10/2025

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	3.404.528
Valor nominal global R\$	340.452.800,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e pelo Bradesco S.A., os Bônus de Subscrição (“Bônus”) serão exercíveis a exclusivo critério de seu titular, a partir de 26 de dezembro de 2018 até o dia 28 de outubro de 2025 (inclusive) (“Período de Exercício” e “Exercício do Bônus”, respectivamente). O Exercício do Bônus é facultativo, sendo que os Bônus perderão sua validade se não exercidos dentro do Período de Exercício, sem que seja devido ao subscritor qualquer compensação pela sua expiração. Os Bônus poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por ação, sendo certo que cada Bônus, unitariamente, confere ao seu titular o direito de aquisição de uma única ação ordinária da Companhia. Na hipótese de exercício de 100% (cem por cento) dos Bônus, serão acrescidas ao Capital Social da Companhia 3.404.528 (três milhões, quatrocentas e quatro mil, quinhentas e vinte e oito) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Os Bônus emitidos são destinados ao pagamento de parcela dos créditos sujeitos à relevantes Recuperação Judicial da Companhia, detidos pelos credores de classes II, III e IV, nos termos aprovados no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech. Como havia créditos aptos ao recebimento na data da emissão e outros que, por variadas razões, estavam sub judice e, portanto, inaptos ao recebimento, se fez necessário adotar medidas para a satisfação tanto dos créditos aptos quanto dos créditos inaptos. Uma das referidas medidas fora a subscrição dos Bônus emitidos por Sociedade pertencente ao Grupo Lupatech, distinta da Emissora, para (i) na medida em que os credores ilíquidos se tornarem líquidos, operar-se-á a dação em pagamento dos valores mobiliários ora emitidos contra o crédito devido por referidos credores; e (ii) viabilizar a substituição de parte das notes em posse dos credores estrangeiros da Companhia, conforme deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial e acatado pela Câmara Reservada de Falência e Recuperação Judicial de Nova Iorque. Sendo assim, o objetivo final da emissão dos Bônus é viabilizar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech e o tratamento equânime de todos os credores sujeitos à Recuperação Judicial do Grupo Lupatech.

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (2ª Emissão)
Data de emissão	03/03/2021
Data de vencimento	28/10/2025
Quantidade	947.975
Valor nominal global R\$	94.797.500,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	<p>Para cada R\$100,00 (cem reais) em Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, será subscrito e integralizado um Bônus, observados os montantes a serem trocados por Bônus nos termos do Plano de Recuperação Judicial e admitida a aproximação ao número inteiro de Bônus imediatamente superior ao valor do crédito. A integralização dos Bônus adquiridos pelos acionistas será feita em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente da Emissora indicado no Boletim de Subscrição, em até 02 (dois) dias úteis após o fim do prazo para aquisição de Sobras ("Data de Integralização").</p> <p>Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por Ação.</p> <p>De modo a conciliar o Período de Exercício dos Bônus de Subscrição com os prazos aplicáveis ao aumento de capital, o Conselho de Administração da Emissora continuará se reunindo mensalmente, até o último dia do mês, para verificar a quantidade de Bônus exercidos até o último dia do mês antecedente de cada reunião, e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrição, sendo a última realizada no mês imediatamente subsequente ao término do Período de Exercício ("Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital")</p> <p>A falta de pagamento tempestivo implicará o cancelamento do Boletim de Subscrição. As Ações emitidas nas Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital serão entregues aos subscritores em até 30 (trinta) dias corridos contados da realização da Reunião do Conselho de Administração para Aumento de Capital, respeitado os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e pelo Bradesco.</p>
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	<p>Subscrição e integralização:</p> <p>Os Bônus deverão ser subscritos e integralizados, fora do âmbito da B3, pelo preço de subscrição correspondente ao seu Valor Nominal Unitário, sem atualização monetária, juros ou outros encargos. Os Bônus deverão ser integralizados à vista com Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial da Emissora e seus Aditivos, ou com créditos detidos pelas sociedades que compõem o Grupo Lupatech como subsidiária integral, controladas ou coligadas ("Controladas da Emissora"), respeitado o exercício do Direito de Preferência pelos atuais acionistas da Emissora, sendo que, nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, as importâncias por eles pagas em moeda corrente nacional serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado.</p> <p>Os Bônus que não forem subscritos, bem como os Bônus subscritos que não forem integralizados nos termos e condições estabelecidos nesta ata, poderão, a livre critério da Emissora, ser cancelados, sendo, o cancelamento de Bônus, obrigatoriamente, homologado em reunião do Conselho de Administração da Emissora, a ser realizada após a Data de Integralização (conforme definido abaixo) e divulgado ao mercado.</p>
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (4ª Emissão)
Data de emissão	06/07/2023
Data de vencimento	15/08/2024
Quantidade	6.920

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global R\$	5.605.200,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3, corretoras/distribuidoras vinculadas à B3, bem como as informações e o(s) cronograma(s) que serão divulgados pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas, os titulares de Bônus de Subscrição custodiados na Central Depositária da B3 deverão realizar o pagamento do Preço de Exercício em até 7 (sete) dias úteis contados do último dia da janela quinzenal na qual foi solicitado o exercício do Bônus, sendo o pagamento realizado por meio de corretoras/distribuidoras vinculadas à B3. Na hipótese de exercício de 100% (cem por cento) dos Bônus, serão acrescidas ao Capital Social da Companhia 6.920.000 (seis milhões e novecentas e vinte mil) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	<p>A cada 1 (um) Bônus é conferido o direito de subscrever e integralizar, na data de exercício dos Bônus, 1.000 (mil) ações ordinárias de emissão da Emissora, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p> <p>O exercício dos Bônus de Subscrição é facultativo, sendo que perderão sua validade se não exercidos dentro do Prazo de Exercício, sem que seja devido ao titular qualquer compensação pela sua expiração.</p> <p>A titularidade do Bônus de Subscrição, por si só, não assegura ao seu detentor qualquer direito a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros proventos ou direitos políticos. Somente a partir do efetivo recebimento das Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição é que serão fruídos os mesmos direitos pertinentes às Ações da Companhia.</p>

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	32	1285	1317

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários, admitidos à negociação, i.e., as ações ordinárias, são negociadas no segmento Novo Mercado da B3. Os *Bonds*, Bônus de Subscrição e as Debêntures não são admitidas à negociação em nenhum mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	Bônus Perpétuos emitidos no mercado Internacional
Data de emissão	10/07/2007
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	275.000
Valor nominal global R\$	456.391.312,82
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	Os Bônus Perpétuos foram cancelados e substituídos pelas Notas, descritas no item a seguir.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notes
Data de emissão	08/10/2014
Data de vencimento	08/10/2021
Quantidade	47.850.000
Valor nominal global R\$	115.184.520,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há possibilidade de resgate pois as Notas estão sujeitas aos termos do Plano de Recuperação Judicial da Lupatech S.A. e da Lupatech Finance Ltd. A Emissora poderia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, propor o pagamento antecipado aos debenturistas, desde que tal opção seja igualmente ofertada aos demais credores quirografários.
Outras características relevantes	N/A

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Rafael Gorenstein	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

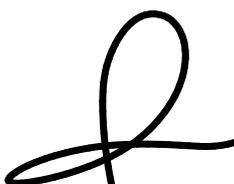
LUPATECH S.A.
CNPJ nº 89.463.822/0001-12
NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Sr. Rafael Gorenstein, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 29 de maio de 2024.



RAFAEL GORENSTEIN
Diretor Presidente e de Relações com Investidores